



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**ATO 010/CP/001/2017**  
**DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVAS**  
**E GABARITO PRELIMINAR**  
**DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**

**A PREFEITA MUNICIPAL** de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o Julgamento dos Recursos contra Questões de Prova e Gabarito Preliminar, conforme segue:

**ESCOLARIDADE: Fundamental Completo e Incompleto**

**CONHECIMENTOS BÁSICOS – Comuns a todos os cargos**

**Questão 13 – Gerais e Atualidades**

**Candidato:** 595615

**Alegação:** Em síntese candidato alega que a questão não deveria ser anulada de ofício pois está correta.

**INDEFERIDO:** Na aplicação de prova no dia 21/05/2017, constatou-se que em uma das salas havia um mapa de Santa Catarina o qual era fixo, sem possibilidade de retirada. A fim de que se respeitasse o princípio da igualdade, a comissão e banca avaliadora decidiu pela anulação da questão referente a geografia de Santa Catarina, mantendo assim a igualdade entre os candidatos de todas as salas de provas.

**QUESTÃO ANULADA DE OFÍCIO**

**Questão 15 – Gerais e Atualidades**

**Candidato:** 609598/ 604343/ 609766

**Alegação:** Em síntese, candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta.

**DEFERIDO:** Aos candidatos assiste razão, por equívoco na elaboração da questão esta apresentou duas alternativas a ser assinaladas, sendo a C e a D, constando em uma alternativa a sigla e na outra o nome da emissora por extenso, portanto esta Banca decide pela anulação da questão por apresentar mais de uma alternativa a ser assinalada.

**QUESTÃO ANULADA**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 21 – Agente de Serviços Gerais**

**Candidato:** 607761

**Alegação:** O candidato impetrou recurso contra a questão alegando que a questão não possui alternativa passível de resposta, uma vez que o avental não protege a água vinda do piso.

**INDEFERIDO:** Conforme a definição presente no manual de boas práticas para o serviço de limpeza (UNESP), o avental:

“Protege contra o contato com fluidos orgânicos e contra umidade gerada pelo aerossol e respingos provenientes dos procedimentos de limpeza e desinfecção de artigos e superfícies, e de acidente térmico, mecânico e químico. O impermeável deve ser usado nos procedimentos de



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

limpeza e desinfecção de artigos e superfícies, sendo que para o profissional de limpeza protege a roupa contra umidade. ”

O avental como EPI protege de respingos provenientes de limpeza e desinfecção. Entende-se que o avental deve ser utilizado em conjunto com outros EPIs, como a bota de borracha, luvas e entre outros.

O candidato afirma que o avental não protege o operador quando a limpeza é realizada sobre a superfície do piso. A função do avental é proteger o operador dos respingos, considere a seguinte situação:

“O operador está efetuando a limpeza de uma calçada com o uso de uma lavadora de alta pressão.”

O avental irá protegê-lo dos respingos oriundos do funcionamento do equipamento, até onde ele possui cobertura. Desta forma, braços, cabeça e pés devem ser protegidos por outros EPIs. Mas o fato de que o avental não protege o corpo inteiro não torna errônea a afirmativa de que o avental protege sobre respingos.

Referências bibliográficas:

<http://www.unesp.br/pgr/pdf/manual-limpeza.pdf>

---

**QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 17** - Motorista I (Saúde - Transporte Escolar - Veículos Leves) / Motorista II (Veículos Pesados) / Operador de Máquinas II

**Candidato:** 593809

**Alegação:** O candidato impetrou recurso contra a questão alegando que a mesma possui as alternativas B e C passíveis de resposta.

**INDEFERIDO:** Entende-se que o consumo frequente de “fast-foods” pode trazer diversos prejuízos à saúde, incluindo obesidade e doenças cardiovasculares. Já a visita regular a dentistas ajuda a prevenir diversas doenças. A visita regular ao dentista, além de manter a saúde bucal, como por exemplo, o combate à cáries e tártaros, interferem na saúde do corpo como um todo, como por exemplo na saúde cardíaca.

Portanto, uma vez que a visita regular ao dentista previne doenças e o consumo regular de “fast-foods” aumenta a possibilidade de ocorrência, entende-se que apenas a alternativa /B/ é passível de resposta. Mais informações sobre o assunto podem ser encontradas nas referências abaixo.

Referências bibliográficas:

<https://www.agemed.com.br/agenews/6-boas-razoes-para-ir-ao-dentista-regularmente/>

<http://sorriso.dentalprev.com.br/com-que-freuencia-devo-visitar-o-dentista/>

<http://www.colgate.com.br/pt/br/oc/oral-health/basics/dental-visits/article/dental-visits-the-dentist-visit-and-what-to-expect>

<http://www.ultracurioso.com.br/os-6-piores-efeitos-colaterais-causados-pelo-fast-food/>

<http://www.nutriaz.com.br/fast-foods-e-os-seus-males/>

<http://exame.abril.com.br/ciencia/fast-food-contribui-para-o-aumento-da-obesidade/>

---

**QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 21** - Motorista I (Saúde - Transporte Escolar - Veículos Leves) / Motorista II (Veículos Pesados)

**Candidato:** 606748/609107/592187/595615/604040/596693/593809/604383/603597/596654

**Alegação:** Em síntese, candidatos alegam que a questão não tem resposta correta dentre as alternativas apresentadas.

**DEFERIDO:** Houve um erro na digitação, onde lê-se apreensão, o correto é RETENÇÃO.

Lei 13.281/2016 que passou a ter plena vigência em 1º de novembro de 2016.

Com isso, solicitamos a anulação da questão.

“A partir de 01/11/2016 o artigo 262 do Código Brasileiro de Trânsito que previa a apreensão de veículo foi revogado pela Lei n. 13.281/16, sendo assim o artigo 162, I o qual é referido nessa questão sendo uma penalidade para quem dirige sem habilitação está em desacordo



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

com a legislação em vigor.

Nova redação:

Novo artigo 162, I (a contar de 01/11/16):

I - Dirigir veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa (três vezes);

Medida administrativa – retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;

(Redação do artigo 162, I dada pela Lei n. 13.281/16)

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 16 - Auxiliar de Odontologia ESF**

**Candidato:** 592457

**Alegação:** candidato solicita anulação da questão alegando que todas as alternativas estão corretas, pois o ESF – Estratégia de Saúde da Família, também é um programa do Ministério da Saúde.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que, como o próprio nome diz, o ESF é uma ESTRATÉGIA e não um programa, diferindo-os como descritos abaixo pela bibliografia;

“Atualmente, o PSF é definido com Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que o termo programa aponta para uma atividade com início, desenvolvimento e finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária e não prevê um tempo para finalizar esta reorganização”. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2008)

“Cumprir registrar que o Programa Saúde da Família (PSF) teve início em 1994, foi proposto pelo governo federal para implementação de ações visando à assistência, promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação, ou seja, atividades permanentes e de caráter não especializado, que por si só se revestem de continuidade suficiente para afastar a ideia de profissionais contratados temporariamente para prestar tais serviços, como se verifica nestes autos. Após esses quase quinze anos de existência, reconhece-se que o PSF não se trata mais de um simples programa e sim de uma **estratégia para reorganização da atenção primária à saúde**.”(FARIAS, )

## **BIBLIOGRAFIA**

PORTAL EDUCAÇÃO. **Enfermagem e o PSF: do PSF ao ESF**. Publicado em 10.06.2008.

Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/enfermagem-e-o-psf-do-psf-ao-esf/5290>

FARIAS, C. Representação do Poder Judiciário - Peças de Ação Trabalhista encaminhadas pela Vara do Trabalho de Mafra com informe de contratação irregular de servidora no período de 05/10/2005 a 02/07/2009. Parecer nº MPTC96862012, Processo nº REP 0900687932. Disponível em: <http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Pareceres/3675032.HTM>

**QUESTÃO MANTIDA**

---



## ESCOLARIDADE: Médio

### CONHECIMENTOS BÁSICOS – Comuns a todos os cargos

#### Questão 01 – Língua Portuguesa

**Candidato:** 598302

**Alegação:** Candidato impetrou recurso alegando que a questão não tem resposta correta e, desta forma, pedindo anulação da questão.

**INDEFERIDO:** Não possui razão o recorrente em seu pedido, pois o poema em questão retrata um tempo da chamada poesia participativa de Drummond, em que muitos intelectuais e artistas tinham apreço pelo que sobrepusesse o injusto sistema capitalista. Expressavam assim, artisticamente, o ideal de uma sociedade socialista (não se fala de comunismo na alternativa) e, portanto, uma sociedade mais justa e solidária. O poema “NOSSO TEMPO”, sem dúvida, representa, segundo Alexei Bueno: “o auge da militância da esquerda do poeta” (BUENO, Uma história da poesia brasileira, p. 333). Portanto, tal militância só poderia ser expressa através de um viés socialista. Desta forma MANTEMOS A QUESTÃO.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

#### Questão 10 – Matemática

**Candidato:** 608753/596006

**Alegação:** Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa correta é a alternativa “C”.

**INDEFERIDO:** Em análise ao recurso, verificamos que os recursos não procedem, pois os candidatos se equivocaram na interpretação do enunciado da questão, que informa “80 centímetros de diâmetro”, sendo que os candidatos utilizaram a informação como raio do cilindro e resolveram erroneamente a questão, pois o raio é equivalente a metade do diâmetro. Segue a resolução:

Dados da questão:

Figura geométrica: Cilindro

Diâmetro: 80 cm, logo raio (r) é igual a  $80 \text{ cm} / 2$ , ou seja, 40 cm ou 0,4 m;

Altura (h): 2,5 m

$\pi = 3,14$

Volume (V): ?

Para calcular o volume do cilindro, temos:

$V = \pi \cdot r^2 \cdot h$ , substituindo as informações:

$V = 3,14 \cdot [0,4]^2 \cdot 2,5$

$V = 3,14 \cdot 0,16 \cdot 2,5$

$V = 1,256$

Portanto o volume do cilindro é de 1,256 m<sup>3</sup>.

Desta forma a questão é passível de solução e a alternativa correta é a alternativa “A) 1,256 m<sup>3</sup>”. Assim mantem-se a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 13 – Informática**

**Candidato:** 600007

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, pois alega que o conteúdo não consta no edital, e visto que o botão de comando das versões atuais do software difere do apresentado na prova a questão deveria ser anulada.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que no edital não especifica a versão do Excel, e foi escolhido citar no enunciado a versão do Excel, justamente para não ocorrer incompatibilidade de imagem com outras versões.

Conteúdo edital: ‘Instalação, configuração e utilização: Word, Excel, Outlook e PowerPoint e suas respectivas versões posteriores’ Próprio edital não consta versão do Excel, e ao citar versões posteriores, não dá um parâmetro de início.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 19 – Legislação**

**Candidato:** 592118/596006

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a questão possui duas alternativas incorretas, neste caso as alternativas B e D, induzindo o candidato a erro; que as alternativas A e D da questão 19 estão incorretas, pois, segundo argumenta, o Poder Legislativo pode atuar nas três esferas do governo e que por tal motivo o cabeçalho deveria ter sido redigido de forma diversa, dessa forma, fazendo menção somente ao Poder Legislativo no âmbito federal.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em tela deve ser anulada, isso porque não há qualquer contrariedade, obscuridade ou erro suscetível de anulação. Em primeiro lugar, necessário se faz esclarecer que a questão foi formulada com base no título IV da Constituição Federal, que versa sobre a organização dos Poderes, mais precisamente em seus artigos 44, 45 e 46.

A alternativa divulgada pelo gabarito preliminar como estando incorreta é a de letra D, sendo que desta assertiva não se apresentou qualquer controvérsia. Ainda assim, salientasse que referida assertiva de fato está incorreta, pois em desacordo com o parágrafo 3º do artigo 46 da Constituição Federal: “cada senador será eleito com dois suplentes” – e não três, conforme informado na alternativa.

Agora, em relação a alternativa A, esta não encontra-se equivocada porquê está de acordo com o disposto no caput do artigo 44 da Constituição Federal, que assim dispõe: “O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara de Deputados e do Senado Federal”. A alegação de que a questão deve ser anulada, porque seu cabeçalho não fez menção de que a matéria se tratava do Poder Legislativo no âmbito federal não prospera, pois, em um primeiro momento, o tema foi devidamente previsto no edital de abertura do concurso público, o que impede de o candidato argumentar desconhecimento quanto à matéria. Em segundo, porque o Poder Legislativo, tanto em âmbito Municipal quanto no Estadual, são organizados cada qual pelas respectivas Leis Orgânicas, do Município e do Estado, e não pela Constituição Federal.

Por fim, cumpre esclarecer que os senadores não são eleitos de acordo com o número de eleitores de cada Estado (sistema proporcional, como é o caso dos deputados federais), mas sim pelo princípio majoritário conforme disposto no caput do artigo 46 da Constituição Federal.

Diante destes fatos e fundamentos, não há que se falar em anulação da questão em análise.

**Referência Bibliográfica**

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)<. Acesso em: 25/05/2017.



## QUESTÃO MANTIDA

---

### Questão 20 – Legislação

**Candidato:** 608526

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a questão contempla duas alternativas corretas, tratando-se especificamente das letras B e D. Diz que a alternativa C da questão em análise não informa se o comparativo entre os vencimentos dos cargos dos três poderes são para atribuições diferentes ou semelhantes.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em tela deve ser anulada, isso porque ao contrário do que alega, não há duas alternativas corretas, ou seja, duas alternativas com informações verídicas. Já que o recurso em análise não trás qualquer ressalva quanto a alternativa B da questão 20, que foi divulgada pelo gabarito preliminar como sendo a correta, passa-se à análise da alternativa C, que segundo alegações apresentadas pelo candidato, estaria também correta.

Em primeiro lugar, há de se mencionar que a questão em análise foi formulada com base no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Quanto à Lei Complementar nº 10, de 6 de maio de 1971 – utilizada pelo recorrente como fundamentação das suas alegações, é anterior à promulgação da Constituição Federal vigente e sua finalidade era regulamentar artigos da Constituição já revogada, e não da que está em vigor.

A alternativa C foi formulada com base no inciso XII do artigo 37 da Constituição Federal, que assim dispõe: “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo”. Em sentido contrário, a alternativa C afirmou que os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo – daí porque, sem qualquer discussão, a alternativa está de fato incorreta. O próprio texto constitucional veda que os valores pagos pelos Poderes do Legislativo e do Judiciário sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Quanto à questão abordada pelo candidato, de que a alternativa não foi explícita se esta regra aplicar-se-ia a cargos semelhantes ou não, também não se sustenta. A alternativa foi clara e objetiva, assim como o texto de lei em que foi fundamentada também é. A alternativa ter sido omissiva em relação à equiparação salarial dos servidores públicos que exercem cargos semelhantes não é fato suficiente para tornar a alternativa correta, que, como visto, é contrária ao texto constitucional, e por fim anular a questão.

Por fim, se por um lado a constituição também proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, por outro lado há de se observar que diante do princípio da igualdade, deve sim haver isonomia entre os padrões de fixação dos vencimentos pagos pela Administração Pública, com a observância obrigatória dos requisitos previstos no inciso do § 1º do artigo 39 da Constituição Federal, para a fixação de remuneração. Neste sentido, a paridade de vencimentos para cargos com atribuições iguais ou assemelhadas está extrínseca na lei.

### Referência Bibliográfica

Constituição Federal. Disponível em:

> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)<. Acesso em: 30/05/2017.

## QUESTÃO MANTIDA

---



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Questão 30** – Assistente Administrativo

**Candidato:** 609730

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a questão não possui resposta correta para marcação.

**DEFERIDO:** Conforme apresentado pelo Candidato, a legislação prevê o triplo do valor de dispensa somente para as modalidades de licitação, que neste caso seria de até R\$ 240.000,00 para Convite. O dispositivo legal que trata dos valores de dispensa está contido no parágrafo 1º do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993:

1 o Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.

Neste sentido, o valor máximo para dispensa de licitação no caso apresentado seria de R\$ 16.000,00 e não R\$ 24.000,00 conforme consta no gabarito.

Tendo em vista que nenhuma das alternativas apresenta o valor de R\$ 16.000,00 a questão deve ser ANULADA e a pontuação atribuída a todos Candidatos.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 32** – Assistente Administrativo

**Candidato:** 604400

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que o assunto “A contabilidade aplicada aos Entes Públicos” não está no conteúdo programático (Anexo 3 do Edital) e, ainda, que o conteúdo informado “Contabilidade Pública” não é mencionado em qualquer bibliografia que conste o tema abordado.

**INDEFERIDO:** Candidato solicita anulação da questão sob argumento de que o Conteúdo não constava no Edital. O Recursos não merece prosperar pois o Edital do Concurso apresentou, expressamente, o conteúdo “Finanças e Orçamento Público”. A Contabilidade Pública é parte integrante das Finanças Públicas e, mais ainda do Orçamento Público. As expressões Finanças Públicas e Orçamento Público são sinônimos da Contabilidade Pública. Não existe uma Lei Federal que trata da Contabilidade Pública, na verdade a Lei Federal nº 4.320/1964 que apresenta as normas de Contabilidade Pública tem como Título: Normas de Direito Financeiro, pois não há como separar Finanças de Contabilidade Pública.

Diante do exposto, a questão deve ser mantida e o Gabarito permanece na alternativa B.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 21** – Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente

**Candidato:** 600007/604616

**Alegação:** Os candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa correta é a alternativa “B”.

**INDEFERIDO:** A questão objetiva avaliar os conhecimentos sobre a Lei nº 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e deixa claro, em seu enunciado, que se deve assinalar a alternativa correta em relação às disposições expressas na referida Lei. Nesse contexto, o item I do enunciado está incorreto por não corresponder a dispositivo expressamente previsto na Lei nº 9.784/1999, tendo em vista que o art. 5º, da referida Lei, dispõe claramente o seguinte: “O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido”



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

de interessado.” Portanto, observa-se que o uso do termo “deve” é incompatível com a redação do art. 5º, da Lei nº 9.784/1999. Desta forma, levando em consideração ao exposto, opta-se pelo indeferimento dos recursos.

-Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm).

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 27** – Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente

**Candidato:** 600007/598077

**Alegação:** Os candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada, solicitando a alteração do gabarito.

**INDEFERIDO:** A questão objetiva avaliar os conhecimentos sobre a Lei Complementar nº 2/2008 que trata sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Rancho Queimado, sendo que o enunciado da questão deixa claro que se deve assinalar a alternativa correta em relação às disposições expressas na referida Lei. Nesse sentido, o item II do enunciado está incorreto por não corresponder a dispositivo expressamente previsto no Plano Diretor, haja vista que o art. 139, da referida Lei, dispõe claramente o seguinte: “Considera-se recuo o índice urbanístico necessário para a qualificação dos espaços abertos frontais do lote e para a estruturação do sistema viário, obtido a partir da projeção ortogonal da construção ao alinhamento predial.” Por outro lado, ao contrário do que menciona o candidato, a alternativa III está correta, pois o art. 142, da referida Lei, preceitua o seguinte: “Considera-se pavimento a área entrepisos de uma edificação, desconsiderados os mezaninos e sobrelojas.” Sendo assim, levando em consideração ao exposto, opta-se pelo indeferimento dos recursos.

- Lei Complementar nº 2/2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rancho-queimado-sc>.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 30** – Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente

**Candidato:** 609840

**Alegação:** A candidata impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que o enunciado da questão extrapola o conteúdo previsto no edital n.º 001/2017 do Concurso Público.

**INDEFERIDO:** Primeiramente, registra-se que o termo “análise e interpretação de documentação técnica e de projetos.” é item disposto no conteúdo programático do edital de Concurso Público, sendo que a NBR 6492/1994 que trata sobre a representação de projetos de arquitetura possui relação com o conteúdo cobrado, motivo pelo qual é cabível sua cobrança, tendo em vista que a norma traz várias orientações quanto à representação gráfica de projetos de arquitetura, visando a sua boa compreensão. Não obstante, entre as atribuições do cargo de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente expressas no presente edital de Concurso Público, consta que o fiscal deve, entre outras, “*atender os requerentes, orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos*”. Desta forma, levando em consideração ao exposto, opta-se pelo indeferimento do recurso.

- **NBR 6492/1994** – Representação de projetos de arquitetura.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 32** – Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente

**Candidato:** 608753



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que existe mais de uma alternativa correta.

**INDEFERIDO:** Segundo dispõe o autor YAZIGI (2009, pág. 524), “*uma janela contendo uma ou duas folhas giratórias de eixo vertical ao longo de uma extremidade da folha pode ser classificada do tipo de abrir.” Não obstante, o autor também assevera que “*a janela do tipo pivotante corresponde a uma janela com folha móvel por rotação em torno de um eixo vertical, não situado nas bordas da folha”.* Portanto, observa-se que tanto a janela de abrir como a janela pivotante, conforme afirma o autor, possuem características próprias que as distinguem entre si, ao contrário do que alega o candidato. Desta forma, levando em consideração ao exposto, opta-se pelo indeferimento do recurso.*

- YAZIGI, W. **A Técnica de Edificar**. 10 ed., Ed. PINI, São Paulo, 2009.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 33** – Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente

**Candidato:** 609840

**Alegação:** A candidata impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que o enunciado da questão extrapola o conteúdo previsto no edital n.º 001/2017 do Concurso Público.

**INDEFERIDO:** Inicialmente, cabe ressaltar que o termo “cobertura” é cobrado no conteúdo programático do edital de Concurso Público. Não obstante, conforme dispõe o autor YAZIGI (2009, pág. 487) a “*projeção do telhado para fora do alinhamento da parede da fachada corresponde ao beiral*”. Portanto, o enunciado da questão não extrapola o conteúdo no edital, sendo que a redação do item não possui relação com a NBR 13.858-1 que dispõe sobre telhas de concreto, ao contrário do que alega a candidata. Desta forma, levando em consideração ao exposto, opta-se pelo indeferimento do recurso.

- YAZIGI, W. **A Técnica de Edificar**. 10 ed., Ed. PINI, São Paulo, 2009.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 36** – Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente

**Candidato:** 596747

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, solicitando a anulação da questão por falta de clareza.

**INDEFERIDO:** A questão objetiva avaliar os conhecimentos sobre a Lei nº 12.651/2012 que dispõe, entre outros, sobre a proteção da vegetação nativa e deixa claro, em seu enunciado, que se deve marcar a alternativa correta em relação às disposições expressas na referida Lei. Nesse contexto, o item I do enunciado está incorreto por não corresponder a dispositivo expressamente previsto na Lei nº 12.651/2012, tendo em vista que o art. 8º, § 1º, da referida Lei, dispõe claramente o seguinte: “*A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.”* Portanto, observa-se que o uso do termo “interesse social” extrapola a redação do art. 8º, § 1º, da Lei nº 12.651/2012. Sendo assim, não assiste razão ao candidato a falta de clareza alegada. Desta forma, levando em consideração ao exposto, opta-se pelo indeferimento do recurso.

- **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm).

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 23** – Fiscal de Vigilância Sanitária



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Candidato:** 598302

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, pois a alternativa D apresenta somente uma definição parcial do que é a Constituição Federal.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez o enunciado não solicita o conceito ou definição da Constituição Federal, e sim solicita qual alternativa contem uma afirmativa correta em relação a Constituição Federal de 1988.

E de acordo com M.S (2009, p. 8), [...] “A Constituição Federal é a lei que tem por finalidade máxima construir as condições políticas, econômicas, sociais e culturais que assegurem a concretização ou efetividade dos direitos humanos, num regime de justiça social”

#### **BIBLIOGRAFIA**

M.S. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde, 2009.

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 27 – Fiscal de Vigilância Sanitária**

**Candidato:** 598302/ 608526

**Alegação:** candidatos solicitam cancelamento da questão, alegando que há 2 alternativas incorretas, A e C, pois a alternativa C não condiz com o objetivo da vigilância sanitária; que não há alternativa incorreta, uma vez que a alternativa A é apontado como funções e metas da vigilância sanitária. Ou candidata ainda solicita troca de gabarito para D.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que a alternativa A é considerada incorreta, pois trata de metas e funções da vigilância sanitária, e não objetivo, como solicitado no enunciado.

E a alternativa C mantém-se correta, pois de acordo com a bibliografia abaixo, é um dos principais objetivos da vigilância sanitária.

**De acordo com a Secretaria de Estado de Santa Catarina objetivos principais da Vigilância Sanitária são:**

- Garantir alimentos seguros, atuando na redução ou eliminação de fatores de risco que possam comprometer a qualidade dos alimentos, em todas as fases de sua produção, até o consumo.
  - Melhorar os processos técnicos da produção e distribuição dos alimentos.
- Orientar a população sobre os cuidados em casa e sobre seus direitos de consumidora.
  - Eliminar a morbi-mortalidade por ingestão de alimentos impróprios.

#### **Funções e metas**

- Cadastrar, licenciar e fiscalizar os estabelecimentos industriais de gêneros alimentícios.
  - Cadastrar, licenciar e fiscalizar os locais de manipulação e/ou venda de alimentos.
  - Cadastrar, licenciar e fiscalizar as empresas que transportam alimentos.
- Monitorar, através de análise de amostras, a contaminação dos alimentos por microorganismos e outros contaminantes.
- Cadastrar, licenciar, fiscalizar e monitorar a produção de águas minerais e suas fontes.
- Fiscalizar o comércio de ambulantes, abates, açougues, produtos in natura e outros, atuando de forma integrada ao Ministério da Agricultura e Secretarias de Estado da Agricultura.
- Integrar-se aos órgãos de vigilância epidemiológica na investigação de surtos por doenças transmitidas por alimentos.
- Orientar e educar a população e produtores, manipuladores e distribuidores de alimentos.

#### **BIBLIOGRAFIA**

SES-SC. Vigilância Sanitária. Disponível em:

[http://portalses.saude.sc.gov.br/arquivos/sala\\_de\\_leitura/saude\\_e\\_cidadania/ed\\_08/03\\_01\\_02.html](http://portalses.saude.sc.gov.br/arquivos/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/ed_08/03_01_02.html)

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 31** – Fiscal de Vigilância Sanitária

**Candidato:** 606798/ 598302

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que não há alternativa correta, pois a alternativa D apresentada como correta, condiz com uma bactéria, e não a doença. A doença é Salmonelose.

**DEFERIDO:** banca avalia questão e recurso, aceitando-o, uma vez que é verídico que a alternativa D contenha o nome de uma bactéria, e não de uma doença.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 27** – Motorista de Ambulância

**Candidato:** 592430

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a questão leva ao equívoco de interpretação, levando a confusão das definições dos tipos de veículo.

**INDEFERIDO:** A pergunta é clara, segundo o Anexo I do CTB:

ANEXO I

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

CAMINHONETE - veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas.

CAMIONETA - veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento.

Como pode-se observar, o Código de Trânsito Brasileiro especifica claramente a diferença entre caminhonete e camioneta. E ainda, segundo o conteúdo programático do Edital de Concurso Público 001/2017 de Rancho Queimado, dentre os assuntos destaca-se “**Legislação de trânsito:** Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada”. Portanto, permanece a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 21** – Técnico em Enfermagem (ESF) (SAMU) / Técnico em Higiene Bucal

**Candidato:** 608447/ 592909

**Alegação:** candidato solicita anulação da questão alegando que todas as alternativas estão corretas, pois o ESF – Estratégia de Saúde da Família, também é um programa do Ministério da Saúde.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que, como o próprio nome diz, o ESF é uma ESTRATÉGIA e não um programa, diferindo-os como descritos abaixo pela bibliografia;

“Atualmente, o PSF é definido com Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que o termo programa aponta para uma atividade com início, desenvolvimento e



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária e não prevê um tempo para finalizar esta reorganização”. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2008)

“Cumprir registrar que o Programa Saúde da Família (PSF) teve início em 1994, foi proposto pelo governo federal para implementação de ações visando à assistência, promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação, ou seja, atividades permanentes e de caráter não especializado, que por si só se revestem de continuidade suficiente para afastar a ideia de profissionais contratados temporariamente para prestar tais serviços, como se verifica nestes autos. Após esses quase quinze anos de existência, reconhece-se que o PSF não se trata mais de um simples programa e sim de uma estratégia para reorganização da atenção primária à saúde.”(FARIAS, )

## **BIBLIOGRAFIA**

PORTAL EDUCAÇÃO. **Enfermagem e o PSF: do PSF ao ESF**. Publicado em 10.06.2008. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/enfermagem-e-o-psf-do-psf-ao-esf/5290>  
FARIAS, C. Representação do Poder Judiciário - Peças de Ação Trabalhista encaminhadas pela Vara do Trabalho de Mafra com informe de contratação irregular de servidora no período de 05/10/2005 a 02/07/2009. Parecer nº MPTC96862012, Processo nº REP 0900687932. Disponível em: <http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Pareceres/3675032.HTM>  
**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 24** – Técnico em Enfermagem (ESF) (SAMU) / Técnico em Higiene Bucal

**Candidato:** 592909

**Alegação:** candidato solicita anulação da questão alegando que todas as alternativas estão corretas, pois o SUS começou no final da década de 70, após a reforma sanitária.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois o enunciado solicita qual alternativa está INCORRETA em relação ao SUS, e somente a alternativa B é errônea, uma vez que afirma que o SUS foi CRIADO na década de 70 após o movimento da reforma sanitária, “Amparado por um conceito ampliado de saúde, o SUS foi criado, em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, para ser o sistema de saúde dos mais de 180 milhões de brasileiros”. (MS). O movimento da reforma sanitária na década de 70, levou a elaboração da Constituição Federal Brasileira de 1988

## **BIBLIOGRAFIA**

MS. Cidadão – Entenda o SUS. Disponível em:  
<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 29** – Técnico em Enfermagem (ESF) (SAMU)

**Candidato:** 592118/ 598068

**Alegação:** Candidato solicita troca de gabarito de alternativa D para A, uma vez que a questão pergunta sobre o processo de limpeza feito para aplicar ou administrar medicação; solicita cancelamento da questão, alegando que a resposta certa seria Antissepsia.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que o enunciado é claro, e solicita como se chama o processo de limpeza da pele para aplicação de uma injeção intravenosa, onde claramente mostra ser um processo para remover os microorganismos de um determinado local antes de um procedimento. Abaixo bibliografias que trazer os conceitos de assepsia e antissepsia, e uma explicação da técnica de administração de medicamento por via endovenosa, e a orientação de realizar antissepsia.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

“Assepsia: é o conjunto de medidas que utilizamos para impedir a penetração de microorganismos num ambiente que logicamente não os tem, logo um ambiente asséptico é aquele que está livre de infecção.

Antissepsia: é o conjunto de medidas propostas para inibir o crescimento de microorganismos ou removê-los de um determinado ambiente, podendo ou não destruí-los e para tal fim utilizamos antissépticos ou desinfetantes” (MORIYA e MODENA, p. 265, 2008)

“A assepsia consiste num **conjunto de métodos e processos de higienização de determinado ambiente**, com a finalidade de **evitar a contaminação** do mesmo por agentes infecciosos e patológicos. Já a antissepsia se diferencia principalmente por se utilizada em locais **onde há a presença de microrganismos indesejados** (bactérias, vírus e outros agentes patológicos).”

“A injeção endovenosa consiste na introdução do medicamento diretamente na corrente sanguínea. [...] inicia-se pela colocação de uma tira elástica (garrote) acima do local escolhido (aproximadamente 5 a 10cm), de modo a impedir o retorno venoso sem interromper o fluxo arterial e realiza-se a antissepsia” (ENFERMAGEM NOVIDADE)

#### **BIBLIOGRAFIA**

MORIYA, T; MODENA, J.L.P. **Assepsia e Antissepsia: Técnicas de Esterilização**. Disponível em: [http://revista.fmrp.usp.br/2008/VOL41N3/SIMP\\_3Assepsia\\_e\\_antissepsia.pdf](http://revista.fmrp.usp.br/2008/VOL41N3/SIMP_3Assepsia_e_antissepsia.pdf)

SIGNIFICADOS. Diferença entre assepsia e antissepsia. Disponível em:

<https://www.significados.com.br/diferenca-entre-assepsia-e-antissepsia/>

ENFERMAGEM NOVIDADE. Administração de medicamentos via endovenosa (EV). Disponível em: [http://www.enfermagemnovidade.com.br/2014/08/administracao-de-medicamentos-via\\_13.html](http://www.enfermagemnovidade.com.br/2014/08/administracao-de-medicamentos-via_13.html)

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 39** – Técnico em Enfermagem (ESF) (SAMU)

**Candidato:** 598068

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que a alternativa B está incorreta, pois estudos têm mostrado que o alcoolismo é mais frequente nas famílias de alcoólatras do que na população em geral.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez a alternativa B é correta, e a candidata mesmo afirma que estudos mostram que o alcoolismo é mais frequente em pessoas que tem familiares alcoólatras, do que no restante da população sem histórico familiar. Isso se chama Pré-disposição.

Mantendo a única alternativa INCORRETA a alternativa C.

#### **BIBLIOGRAFIA**

MESSAS, G.P; VALLADA FILHO, H.P. **O Papel da genética na dependência do álcool**. Rev. Bras. Psiquiatr. vol.26 suppl. São Paulo May 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462004000500014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000500014)

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 37 – Técnico em Higiene Bucal**

**Candidato:** 592909

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que B e C são alternativas corretas.

**DEFERIDO:** banca avalia questão e recurso, aceitando-o, uma vez que de acordo com MS (2004, p. 21), dentre outras, é atribuição do Técnico em Higiene bucal: h) realizar moldagens; i) confeccionar moldeiras;

**BIBLIOGRAFIA**

M.S., Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário: Perfil de competências profissionais. DEGES. 2004. Disponível em: [http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/tecnico\\_higiene\\_dental\\_auxilia\\_cons\\_dent\\_final.pdf](http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/tecnico_higiene_dental_auxilia_cons_dent_final.pdf)

**QUESTÃO ANULADA**

---

**ESCOLARIDADE: Superior**

**CONHECIMENTOS BÁSICOS – Comuns a todos os cargos**

**Questão 01 – Língua Portuguesa**

**Candidato:** 593282/ 597618/ 608348/ 598807/ 593237/ 597149/ 597329/ 599608/ 592154/ 592850

**Alegação:** Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a alternativa “B” apresenta inconsistências ao declarar: “... não servindo de nada um bem material se não o utilizarmos para nosso sustento e comodidade.”; que a alternativa “D” é mais condizente com a referida questão do que a alternativa “B” que foi elencada como correta segundo o gabarito preliminar; que a questão não tem resposta correta segundo as alternativas exposta.

**INDEFERIDO:** O texto da questão aludida é uma fábula e, como toda a fábula, traz em seu bojo uma moral. Esta moral deve ser interpretada a partir de elementos textuais e contextuais, a partir do que está explícito e do que é implícito, velado, o que só aparece nas entrelinhas... A interpretação (ORLANDI) tem assim papel preponderante, pois nenhum texto literário é refém de uma objetividade total. Assim, interpretamos a avareza, tema da fábula, como possuindo seu escopo no apego excessivo ao bem material por si próprio, no caso a pedra de ouro, e não pelo que ele eventualmente poderia proporcionar. Assim, ele é uma espécie de vício, porque é nocivo. Por estas razões a resposta correta intuída pela presença do vizinho que substitui a pedra de ouro pela pedra normal, é ressaltar a loucura e o caráter vão do apego aos bens materiais sem que eles nos propiciem algo além da mera contemplação. Portanto, o vizinho não deixa de fazer uma intervenção irônica. Assim, pelo exposto, mantêm-se a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 02 – Língua Portuguesa**

**Candidato:** 593282

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a alternativa correta é a “C) Intensidade”.

**INDEFERIDO:** Não possui razão de ser o pedido do alegante pois amorosamente é advérbio de modo do adjetivo amoroso, pois expressa um modo, uma forma. Assim mantêm-se a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 06 – Língua Portuguesa**

**Candidato:** 603569/ 602125

**Alegação:** Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a questão não fornece alternativa certa em suas alternativas.

**INDEFERIDO:** Nos reportamos e, conseqüentemente, seguimos o conceito da figura de linguagem denominada antonomásia, extraída da gramática de Luiz Antonio Sacconi. Mas além de tal texto, podemos referenciar o estudo de Ernâni Terra e José de Nicola (Gramática e literatura para o 2º grau), em que a antonomásia e a perífrase são vistas como equivalentes. Por isso mesmo, mantêm-se a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 07 – Língua Portuguesa**

**Candidato:** 597149

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a questão não tem resposta correta pois está incompleta a alternativa apresentada como certa.

**INDEFERIDO:** O protesto contido no pedido em questão não possui razão de ser, pois como o se preferiu apontar apenas o nome do processo de formação de palavras (COMPOSIÇÃO) no seu sentido mais geral e não a sua subdivisão. Assim, diante do exposto, mantêm-se a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

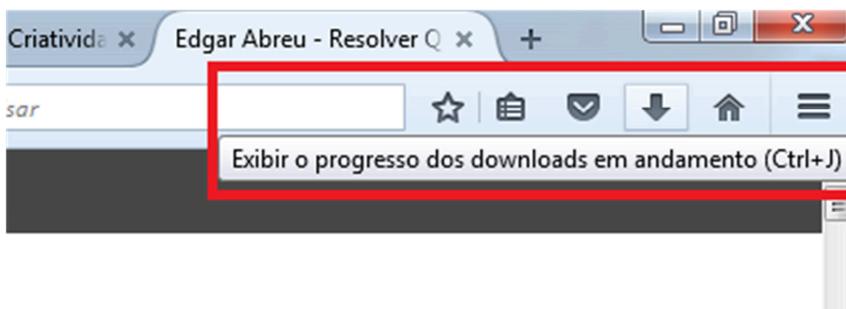
---

**Questão 14 – Informática**

**Candidato:** 593296

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, pois alega que não há resposta correta.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois, como mostrado na imagem abaixo, pode-se ver no Firefox 53.0.2 ao selecionarmos o botão , ele exibe a seguinte mensagem descritiva “Exibir o progresso dos downloads em andamento (Ctrl+J)”.



**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 17 – Legislação**

**Candidato:** 597984

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a alternativa divulgada pelo gabarito preliminar como sendo correta também possui incorreção, que a questão em tela não possui nenhuma alternativa que “satisfaça o enunciado”, devendo ser anulada.

**DEFERIDO:** Assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em tela deve ser anulada, isso porque, como bem apontou a alternativa leva a crer que o aposentado por invalidez pode reverter ao seu cargo em duas situações: a primeira quando insubsistentes os motivos deram origem à aposentadoria por invalidez e a segunda quando houver interesse da Administração Pública.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

O artigo 57 da Lei Complementar nº 001/2016, do Município de Rancho Queimado, estabelece que a reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado em duas situações: I – quando aposentado por invalidez, desde que insubsistentes os motivos que ensejaram a aposentadoria. II – no interesse da Administração Pública, desde que a aposentadoria tenha sido voluntária. Vejamos:

57 - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;  
ou  
II - no interesse da administração, desde que:

- a) tenha solicitado a reversão;
- b) a aposentadoria tenha sido voluntária;
- c) estável quando na atividade;
- d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
- e) haja cargo vago.

Do exposto acima, depreende-se que quando a reversão se der por interesse da Administração Pública a aposentadoria deverá ter ocorrido de forma voluntária, e não por invalidez, o que fez crer a alternativa em análise, talvez decorrente da falta de pontuação.

Embora que, em suma, a reversão seja reconhecida como sendo o retorno à atividade do aposentado por invalidez, a possibilidade de reversão da aposentadoria voluntária também encontra respaldo legal, conforme o disposto, a título de exemplo, na Lei nº 8.112/1990.

#### Referência Bibliográfica

Lei Complementar nº 001/2016. Estatuto dos Servidores Públicos de Rancho Queimado. Disponível em:

><https://leismunicipais.com.br/a/sc/r/rancho-queimado/lei-complementar/2016/0/1/lei-complementar-n-1-2016-institui-o-novo-estatuto-dos-servidores-publicos-municipais-estabelece-o-regime-juridico-unico-na-administracao-municipal-de-rancho-queimado-institui-o-novo-plano-de-carreira-e-vencimentos-excluidos-os-servidores-da-educacao-municipal-e-determina-as-providencias-necessarias-para-sua-plena-eficacia><. Acesso em: 25/05/2017.

#### **QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 17** – Legislação – Cargos de Educação (Auxiliar de ensino, Orientador Educacional e Professores)

**Candidato:** 601500/ 598002

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a alternativa divulgada pelo gabarito preliminar como correta esta incompleta, ou incorreta, visto que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, e não somente três.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em tela deve ser anulada, isso porque a alternativa em análise, divulgada pelo gabarito preliminar como correta, está de acordo com o disposto na redação do inciso I do artigo 30 da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade”.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

Também se equivoca a parte autora do recurso em análise quando diz que a educação infantil abrange crianças com até seis anos de idade. Aliás, o texto de lei colacionado nas razões do seu recurso ou encontra alterado ou foi colacionado o texto já revogado, pois não vai de encontro ao disposto no *caput* do artigo 29 Lei nº 9.394/1996, que assim estabelece: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de **até 5 (cinco) anos**, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Salientasse, por fim, que além do atendimento à crianças de até três anos de idade em creches, a educação infantil também será oferecida em pré-escolar para crianças entre quatro e cinco anos de idade.

#### **Referência Bibliográfica**

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: > [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) <. Acesso em: 25/05/2017.

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

#### **Questão 20 – Legislação**

**Candidato:** 608615

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando, em síntese, que a questão contempla duas alternativas corretas, tratando-se especificamente das letras A e D.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em tela deve ser anulada, isso porque ao contrário do que alega, não há duas alternativas corretas, ou seja, com informações verídicas.

Já que não há qualquer contrariedade em relação à alternativa A, divulgada pelo gabarito preliminar como sendo correta, passo a análise da alternativa D. Ao contrário do que tenta induzir o candidato, o texto constitucional é claro e objetivo ao afirmar que “os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais”, de acordo com a redação do § 3º do artigo 18 da Constituição Federal.

O fato de que para tal possibilidade, o texto de lei apresente alguns requisitos (aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar), não é o mesmo que dizer que tal possibilidade inexistente, ou seja, que é proibida a alteração dos territórios dos Estados.

Em síntese, os Estados podem alterar seu respectivo território, desde que respeitados os requisitos dispostos em lei. Uma vez mais, não é proibido. Dizer o contrário, seria ir de contra-mão ao disposto no texto constitucional.

#### **Referência Bibliográfica**

Constituição Federal. Disponível em:

>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)<. Acesso em: 25/05/2017.

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

#### **Questão 23 – Advogado**

**Candidato:** 592968/ 610103/ 592542

**Alegação:** em síntese, candidatos alegam que a assertiva II também está correta

**DEFERIDO:** o recurso deve ser acatado, visto que tanto a proposição I quanto a II estão corretas, baseado no que dispõe a lei de improbidade administrativa, em seu artigo 20. Logo, como não se possui resposta adequada, a banca decide pela anulação da questão.

#### **QUESTÃO ANULADA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 25 – Advogado**

**Candidato:** 593282

**Alegação:** em síntese, candidato alega duplicidade de respostas

**DEFERIDO:** Além de haver duplicidade na questão, representado as letras C e D com a mesma resposta, é de se observar que a alternativa I está correta, visto o que dispõe o art. 58, inciso I da constituição do estado de Santa Catarina. Logo, cabe ao tribunal de contas do estado, proceder ao julgamento das contas do governador.

A assertiva II está incorreta, pois o julgamento definitivo é cabível ao poder judiciário. e a assertiva III não é de competência do tribunal de contas, mas de um setor ou de uma comissão técnica específica. Logo, a banca decide pela anulação da questão.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 26 – Advogado**

**Candidato:** 592968

**Alegação:** em síntese, candidato alega que a alternativa B é a correta.

**INDEFERIDO:** CANOTILHO JÁ TRAZ A DEFINIÇÃO CORRETA DE PRINCÍPIO DA REPRESENTAÇÃO AO TRAZER O SEU SENTIDO: A representação, como componente do princípio democrático, assenta nos seguintes postulados: (1) exercício jurídico, constitucionalmente autorizado, de «funções de domínio», feito em nome do povo, por órgãos de soberania do Estado; (2) derivação directa ou indirecta da legitimação de domínio do princípio da soberania popular; (3) exercício do poder com vista a prosseguir os fins ou interesses do povo. Nisto se resumia a tradicional ideia de Lincoln: «governo do povo, pelo povo, para o povo.» (CANOTILHO, 1993, p. 419).

Logo, está correta a assertiva apresentada. A banca decide pelo indeferimento do recurso.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 27 – Advogado**

**Candidato:** 592968/ 593296

**Alegação:** em síntese candidatos alegam que a alternativa C também é correta e que a alternativa B possui incorreção.

**INDEFERIDO:** a questão esta correta, visto que o município não é detentor de soberania, característica esta inerente a União. Os municípios possuem autonomia, visto que estão ligados a uma governo central, qual seja, a um distrito federal. logo, a resposta correta é a letra C.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 28 – Advogado**

**Candidato:**

**592966/607459/604816/610103/608332/592542/597984/597618/600674/601003/595809**

**Alegação:** Candidatos alegam em síntese que a questão apresenta mais de uma alternativa a ser assinalada.

**DEFERIDO:** Aos candidatos assiste razão, por equívoco na elaboração da questão esta apresentou duas alternativas a ser assinaladas, sendo a B e a C, tendo o enunciado solicitado que se assinalasse a alternativa incorreta, portanto, esta Banca decide pela anulação da questão por apresentar mais de uma alternativa a ser assinalada.

**QUESTÃO ANULADA.**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 29 – Advogado**

**Candidato: 607459/593296/604816/610103/608332/601724/592542/609503/597618/600674/608348**

**Alegação:** Candidatos alegam em síntese que a alternativa B estaria correta e não incorreta como solicitava o enunciado, e ainda que a alternativa A corresponde ao enunciado, e que haveria mais de uma alternativa a ser assinalada na referida questão. Solicitam a anulação da questão.

**DEFERIDO:** A Banca decide pela anulação da questão, por apresentar mais de uma possibilidade de resposta.

**QUESTÃO ANULADA.**

---

**Questão 30 – Advogado**

**Candidato: 610103**

**Alegação:** Candidato alega que as alternativas B e D estão incorretas e responderiam corretamente ao enunciado da questão.

**INDEFERIDO:** A única alternativa que corresponde ao enunciado da questão é a alternativa D conforme consta do Gabarito preliminar.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 31 – Advogado**

**Candidato: 610103**

**Alegação:** Candidata alega que a assertiva I também estaria correta e por consequência solicita alteração de Gabarito para Letra “C”.

**INDEFERIDO:** A alternativa que corresponde corretamente ao enunciado da questão é a alternativa B, somente a assertiva II está correta de acordo com a Legislação.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 33 – Advogado**

**Candidato: 593296**

**Alegação:** Candidato alega que as alternativas B e C estão incorretas e responderiam ao enunciado da questão.

**DEFERIDO:** Ao candidato assiste razão, tendo em vista que o enunciado solicita para assinalar a alternativa incorreta e a questão apresenta mais de uma alternativa com incorreções, esta Banca decide pela anulação da questão por apresentar mais de uma alternativa a ser assinalada.

**QUESTÃO ANULADA.**

---

**Questão 40 – Advogado**

**Candidato: 595809/ 593296/ 601003**

**Alegação:** em síntese candidatos alegam que a questão é subjetiva; que não está no conteúdo programático do edital; que não tem gabarito correto segundo as alternativas expostas na questão.

**INDEFERIDO:** O STF já decidiu, através de três Mandados de Injunção 670,708 e 712, que existe uma lacuna legal acerca do dispositivo constitucional que versa sobre o Direito de greve do servidor Público. Assim, na ausência de norma regulamentadora sobre a matéria, será utilizada a Lei de Greve dos Particulares, no que não colidir com a Administração Pública.

Outrossim, deve-se ter em voga, o que significa uma lacuna autêntica. Segundo Maria Helena Diniz, citando Zitelmann: Diniz (2002) aponta que a mais antiga das classificações se deve a Zitelmann, segundo o qual as lacunas se dividem em autênticas e não-autênticas. Aquela será observada quando a lei não dispõe de resposta para determinado caso concreto, enquanto esta será vislumbrada quando a lei apresenta uma solução indesejável para determinado fato-tipo. Nesse ínterim, considera-se que a solução prevista pela lei é insatisfatória. A autora (2002) observa



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

que apenas a lacuna autêntica é uma lacuna jurídica, considerada propriamente dita, pois a não-autêntica é apenas uma lacuna política ou crítica.

Sendo a lacuna que versa sobre a Greve dos Servidores Públicos de cunho Jurídico, visto não ter lei que verse sobre a mesma, há que se relatar que é correta a afirmativa assinalada como “Autêntica.”

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 21** – Enfermeiro (ESF)/ Fisioterapeuta/ Médico (ESF)/ Médico Ginecologista/ Médico Pediatra/ Nutricionista/ Odontólogo (ESF)

**Candidato:** 609428

**Alegação:** em síntese candidato alega que equidade não é um dos princípios do SUS.

**INDEFERIDO:** em consulta a ABD do SUS: Doutrinas e Princípios (1990), uma cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde - Secretaria Nacional de Assistência à Saúde traz o seguinte:

**“QUAL É A DOCTRINA DO SUS”?**

Baseado nos preceitos constitucionais a construção do SUS se norteia pelos seguintes

**princípios** doutrinários:

**UNIVERSALIDADE** – É a garantia de atenção à saúde por parte do sistema, a todo e qualquer cidadão. Com a universalidade, o indivíduo passa a ter direito de acesso a todos os serviços públicos de saúde, assim como àqueles contratados pelo poder público. Saúde é direito de cidadania e dever do Governo: municipal, estadual e federal.

**EQÜIDADE** – É assegurar ações e serviços de todos os níveis de acordo com a complexidade que cada caso requeira, mais o cidadão onde morar, sem privilégios e sem barreiras. Todo cidadão é igual perante o SUS e será atendido conforme suas necessidades até o limite do que o sistema puder oferecer para todos.

**INTEGRALIDADE** - É o reconhecimento na prática dos serviços de que:

- cada pessoa é um todo indivisível e integrante de uma comunidade;
- as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde formam também um todo indivisível e não podem ser compartimentalizadas;
- as unidades prestadoras de serviço, com seus diversos graus de complexidade, formam também um todo indivisível configurando um sistema capaz de prestar assistência integral.

Enfim:

“O homem é um ser integral, bio-psico-social, e deverá ser atendido com esta visão integral por um sistema de saúde também integral, voltado a promover, proteger e recuperar sua saúde”.

Nota-se aqui a Equidade tratada como um princípio do SUS, além do mais, na própria lei 8080 (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)> ) é constatada o seguinte inciso:

[..]

IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

[..]

REFERÊNCIA:

ABD do SUS: Doutrinas e Princípios (1990). Disponível em: [http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc\\_do\\_sus\\_doutrinas\\_e\\_principios.pdf](http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf)

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 22** – Enfermeiro (ESF)/ Fisioterapeuta/ Médico (ESF)/ Médico Ginecologista/ Médico Pediatra/ Nutricionista/ Odontólogo (ESF)

**Candidato:** 593544

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, troca de gabarito, de alternativa D para C, pois Saúde como direito não é um princípio do SUS.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez o enunciado solicita “Sobre os princípios do SUS que vem da organização da Atenção Básica está INCORRETO”, sendo estes:

A organização da Atenção Básica, com base na Lei nº 8.080, tem como fundamento os princípios do SUS, a seguir referidos:

- **Saúde como direito** – a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, por meio de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva.
- **Integralidade da assistência** – entendida como um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigido para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.
- **Universalidade** – acesso garantido aos serviços de saúde para toda população, em todos os níveis de assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- **Eqüidade** – igualdade na assistência à saúde, com ações e serviços priorizados em função de situações de risco, das condições de vida e da saúde de determinados indivíduos e grupos de população.
- **Resolutividade** – eficiência na capacidade de resolução das ações e serviços de saúde, através da assistência integral resolutiva, contínua e de boa qualidade à população adscrita, no domicílio e na unidade de saúde, buscando identificar e intervir sobre as causas e fatores de risco aos quais essa população está exposta.
- **Intersetorialidade** – desenvolvimento de ações integradas entre os serviços de saúde e outros órgãos públicos, com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, potencializando, assim, os recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos disponíveis e evitando duplicidade de meios para fins idênticos.
- **Humanização do atendimento** - responsabilização mútua entre os serviços de saúde e a comunidade e estreitamento do vínculo entre as equipes de profissionais e a população.
- **Participação** – democratização do conhecimento do processo saúde/doença e dos serviços, estimulando a organização da comunidade para o efetivo exercício do controle social na gestão do sistema.

FONTE: M.S., 1999, p. 9

#### **BIBLIOGRAFIA**

M.S.manual para organização da Atenção Básica, 1999. Disponível em:

[http://dab.saude.gov.br/docs/geral/manual\\_organizacao\\_ab.pdf](http://dab.saude.gov.br/docs/geral/manual_organizacao_ab.pdf)

MS. PORTARIA Nº 3.925, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998. Disponível em:

[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3925\\_13\\_11\\_1998\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3925_13_11_1998_rep.html)

#### **QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 23** – Enfermeiro (ESF)/ Fisioterapeuta/ Médico (ESF)/ Médico Ginecologista/ Médico Pediatra/ Nutricionista/ Odontólogo (ESF)

**Candidato:** 592733/ 609428

**Alegação:** candidato solicita troca de gabarito, de alternativa A para D, alegando que devido erro na elaboração da questão, e uso indevido de “não” na alternativa A e pontuação da alternativa D vem a trazer incoerências e interpretações distorcidas.

**DEFERIDO:** banca avalia questão e recurso, aceitando-o, uma vez que o erro de pontuação da alternativa D, pode vir a trazer prejuízo ao candidato, já que apresenta-se desta forma: “No Brasil,



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

as políticas públicas de saúde orientam-se de acordo com a constituição federal de 1988, regidos pelos princípios de universalidade e equidade no acesso às ações e serviços e pelas diretrizes de descentralização da gestão de integralidade do atendimento e de participação da comunidade, na organização de um sistema único de saúde no território nacional.” Por erro de pontuação (sinal de vírgula) na elaboração da questão, foi colocado descentralização da gestão de integralidade do atendimento como diretriz, dando a entender a alternativa como incorreta, pois não existe descentralização da gestão de integralidade do atendimento, e sim, descentralização da gestão e integralidade do atendimento.

#### **BIBLIOGRAFIA**

LUCHESEI. P. Informação para tomadores de decisão em Saúde Pública. 2004. Disponível em: [http://files.bvs.br/upload/M/2004/Lucchese\\_Politicas\\_publicas.pdf](http://files.bvs.br/upload/M/2004/Lucchese_Politicas_publicas.pdf)

#### **QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 25** – Enfermeiro (ESF)/ Fisioterapeuta/ Médico (ESF)/ Médico Ginecologista/ Médico Pediatra/ Nutricionista/ Odontólogo (ESF)

**Candidato:** 609378/ 592167

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, pois há duas alternativa corretas (A e B), uma vez que o SIM quanto o SIAB fazem parte do sistema que auxilia o setor de vigilância epidemiológica.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que o enunciado solicita qual sistema de informação pertence ao setor de Vigilância epidemiológica, e não qual sistema auxilia o setor da vigilância epidemiológica.

De acordo com a M.S. são sistemas de informação estratégicos da vigilância em saúde: SIM (sistema de informação sobre Mortalidade); SINASC (Sistema de informação de Nascidos Vivos); SINAN (Sistema de informação de Agravos de Notificação); SI-PNI (Sistema de informação do programa Nacional de Imunização). Ou seja estes sistemas devem ser alimentados via vigilância epidemiológica.

O SIAB é um sistema de informação da Atenção Básica, sendo este alimentado por ações/procedimentos realizados na Atenção Básica de Saúde.

#### **BIBLIOGRAFIA**

M.S. Vigilância em saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/svs/inf\\_sist\\_informacao.php](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/svs/inf_sist_informacao.php)

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 26** – Enfermeiro (ESF)

**Candidato:** 598807

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que todas as alternativas são privativamente do Enfermeiro de acordo com a legislação, dessa forma há incoerência na questão.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que de acordo com a Lei nº 7.498 de 1986, apenas a alternativa D é privativa do enfermeiro, as demais se encaixam como integrante da equipe de saúde:

LEI N.º 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986

Art. 11. O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem cabendo-lhe:

#### **I - privativamente:**

Item b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços.

#### **II - como integrante da equipe de saúde:**

Item c) prescrição de medicamentos estabelecidos em prog



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

ramas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde  
Item g) assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;  
Item i) execução do parto sem distocia;

### **BIBLIOGRAFIA**

LEI No 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7498.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm)

### **QUESTÃO MANTIDA**

---

#### **Questão 29 – Enfermeiro (ESF)**

**Candidato:** 608615/ 600827

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que todas as afirmativas estão corretas no que tange a classificação de acordo com a gravidade da Febre hemorrágica da dengue, de acordo com a OMS.

**INDEFERIDO:** : banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois de acordo com o MS (2007, p28):

“A febre hemorrágica do dengue, segundo a OMS pode ser classificada de acordo com a sua gravidade em:

Grau I – febre acompanhada de sintomas inespecíficos, em que a única manifestação hemorrágica é a prova do laço positiva;

Grau II – além das manifestações do grau I, hemorragias espontâneas leves (sangramento de pele, epistaxe, gengivorragia e outros);

Grau III – colapso circulatório com pulso fraco e rápido, estreitamento da pressão arterial ou hipotensão, pele pegajosa e fria e inquietação;

Grau IV – Síndrome do Choque da Dengue (SCD), ou seja, choque profundo com ausência de pressão arterial e pressão de pulso imperceptível”

Desta forma as afirmativas apresentadas abaixo estão INCORRETAS:

II. Grau II: onde diz: hemorragias espontâneas graves (errado, pois é leves)

III. Grau III: onde diz: colapso circulatório com pulso fraco e lento (errado, pois é rápido)

### **BIBLIOGRAFIA**

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

Diretoria Técnica de Gestão.

Dengue : diagnóstico e manejo clínico – Adulto e Criança / Ministério da

Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Diretoria Técnica de Gestão. – 3. ed.

– Brasília : Ministério da Saúde, 2007. 28 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

### **QUESTÃO MANTIDA**

---

#### **Questão 34 – Enfermeiro (ESF)**

**Candidato:** 600827

**Alegação:** em síntese, candidato solicita cancelamento da questão, alegando que não há alternativa correta.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois como afirma no caderno de atenção básica 33, um dos “sinais que indicam necessidade de encaminhamento da criança ao serviço de referência com urgência: “Hipotermia (menos do que 35,5°C)”, e não como apresentado na afirmativa da questão “ Hipotermia (menos do que 33,5°C)”, sendo este incorreto afirmar, pois numa temperatura de 35,5 já se encaminha a criança ao serviço de urgência, não se podendo aguardar que a temperatura chegue a 33,5 para se referenciar a criança.

Portanto a questão 34 se mantém como correta a letra A.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**BIBLIOGRAFIA**

MS. Caderno de Atenção Básica nº 33 - Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento, 2012. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab33>

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 38** – Enfermeiro (ESF)

**Candidato:** 592459

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que no enunciado da questão, é solicitado que o candidato selecione dentre as opções, a que contem sintomas menos comuns de uma reação anafilática. Porém, as reações, sinais e sintomas variam muito de paciente para paciente e conforme o causador da reação. Desta forma, é errôneo classificar uma opção como sendo menos comum.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois conforme o resumo da própria requerente consta:

- Aparelho cardiovascular: Hipotensão, sensação de fraqueza, taquicardia, vertigem, síncope, estado mental alterado. Dor no peito, arritmia.

Portanto a questão mantida como letra A: pois hipertensão é incorreto.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 39** – Enfermeiro (ESF)

**Candidato:** 608615

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que não há alternativa correta.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois a afirmativa III é incorreta, uma vez que afirma que a vacina BCG é por via Subcutânea, mas esta deve ser por via intradérmica.

**BIBLIOGRAFIA**

FUNASA. Texto 11: Administração dos Imunobiológicos: Técnicas de Preparo, Vias e Locais de Administração, julho, 2001. Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/salavac\\_treinando\\_textos11\\_20.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/salavac_treinando_textos11_20.pdf)

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 24** – Farmacêutico

**Candidato:** 608736

**Alegação:** O candidato alega possuir mais de uma alternativa correta considerando que de acordo com as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes, em relação à técnica de aplicação de insulina com seringa, deve ser realizada anti-sepsia com álcool 70% no local escolhido para a aplicação.

**INDEFERIDO:** Os Cadernos de Atenção Básica são referências aos profissionais do SUS. A Saúde Baseada em Evidências, assim como a Medicina Baseada em Evidências são ferramentas utilizadas para instrumentalizar o profissional na tomada de decisão com base na Epidemiologia Clínica, na Estatística e na Metodologia Científica. O caderno n36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus, dispõe em sua página 154 que não é necessário limpar o local da aplicação da insulina com Álcool.

**REFERENCIAS:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

**QUESTÃO MANTIDA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 32 – Farmacêutico**

**Candidato:** 608736

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que não apresenta resposta correta, devendo a questão referida ser anulada. Nenhuma das alternativas possui um fator fisiológico que influencia na absorção do fármaco. Todas incluem fatores do fármaco.

**INDEFERIDO:** Não assiste ao candidato alegar tal afirmativa, uma vez que as propriedades físico-químicas dos fármacos que influenciam na absorção do fármaco são: lipossolubilidade/hidrossolubilidade, grau de ionização do fármaco e tamanho das partículas entre outros. Já o pH e fluxo sanguíneo no fluxo de absorção, área de superfície e tempo e contato com a superfície de absorção são considerados fatores fisiológicos da absorção, pois não dependem do fármaco.

**REFERENCIAS:**

As Bases Farmacológicas da Terapêutica. Goodman & Gilman. Brunton, Laurence L. Editora McGraw-Hill, Artmed, 12ª edição, 2012.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 35 – Farmacêutico**

**Candidato:** 608736

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, trouxe conceitos farmacotécnicos sobre emulsões e géis e afirma ter mais de uma questão correta. Solicita sua anulação.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato alegar mais de uma questão correta. Uma vez que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta. Não havendo nenhuma divergência do conteúdo apresentado com o conteúdo da questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 40 – Farmacêutico**

**Candidato:** 608736

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão 40 apresenta duas alternativas incorretas. O conceito trazido pela Resolução 577/2013 traz as seguintes expressões FARMACÊUTICO DIRETOR TÉCNICO OU FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL TÉCNICO, e não o DIRETOR TÉCNICO.

**INDEFERIDO:** Não assiste ao candidato alegar divergências entre os termos, pois apesar de a alternativa não trazer o inciso da Resolução *ipsis litteris*, ela traz o conceito correto e utilizado no dispositivo legal. Não restando dupla interpretação. Portanto a expressão Diretor Técnico está de acordo com a Resolução 577/2013 e a alternativa está correta.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 31 – Fisioterapeuta**

**Candidato:** 593321

**Alegação:** Erro na lógica da resposta. Resposta considerada correta, não condiz com a questão. A fraqueza da musculatura abdominal gera uma flacidez anterior, conseqüentemente irá gerar uma retroversão e não anteversão. Se a musculatura anterior está fraca a posterior irá fazer mais força, levando o quadril para trás. (Retroversão) Correção do gabarito na questão 31.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar que com a fraqueza da musculatura abdominal será gerado uma retroversão, pois no momento em que relaxamos o abdômen ou temos o mesmo enfraquecido, conseqüentemente realizamos uma lordose lombar e assim geramos a anteversão pélvica.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

Como os músculos abdominais possuem relevância na estabilização da região lombopélvica, a diminuição da atividade destes músculos faz com que a flexão do quadril seja realizada sem a estabilidade necessária, permitindo que o músculo psoas exerça tração sobre o aspecto anterior das vértebras lombares, levando a uma anteversão pélvica e um aumento da lordose lombar. Com o passar do tempo, os tecidos podem se adaptar a essa nova postura, que frequentemente está associada a uma série de disfunções, entre elas: a espondilolistese e as degenerações discais e facetárias.

**Referência:**

Hodges PW, Richardson CA. Inefficient muscular stabilization of the lumbar spine associated with low back pain. A motor evaluation of transverses abdominis. Spine. 1996;21(22):2640-2650.

O MÚSCULO TRANSVERSO ABDOMINAL E SUA FUNÇÃO DE ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA LOMBAR – Fisioterapia e movimento.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 33 – Fisioterapeuta**

**Candidato:** 593321

**Alegação:** A questão 33 possui duas alternativas incorretas. Nesta questão a opção A é incorreta, porém a questão D, também é incorreta, sinal de Kromer não é um teste especial para joelho. Questão 33 deve ser revista e anulada.

**DEFERIDO:** Houve equívoco em relação a questão 33, ao pedir a questão incorreta, haviam duas questões que estavam incorretas, assim impossibilitando de responder apenas uma.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 29 – Médico (ESF)**

**Candidato:** 602158

**Alegação:** candidato solicita cancelamento da questão, alegando que as alternativas B, C e D são exatamente iguais.

**INDEFERIDO:** banca avalia recurso e questão, mantendo-a, pois o enunciado solicita a alternativa CORRETA, sendo que a letra A é a única alternativa que responde corretamente o enunciado da questão. O fato de ter mais de uma alternativa igual, em nada interfere na interpretação do candidato quanto à resposta correta.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 26 – Nutricionista**

**Candidato:** 606904 / 592867

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a referida questão possui duas alternativas corretas.

**DEFERIDO:** A doença nutricional Beribéri é causada pela baixa ingestão de tiamina e Anemia megaloblástica, é causada pela baixa ingestão de ácido fólico, segundo COZZOLINO, 2016, onde a questão tem duas alternativas corretas.

**QUESTÃO ANULADA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 29 – Nutricionista**

**Candidato:** 609428

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que o item III da referida questão está incorreto.

**INDEFERIDO:** A vitamina C aumenta a biodisponibilidade do ferro, auxiliando no tratamento da anemia, onde recomendar incluir alimentos-fonte de vitamina C em cada refeição, para tratar a deficiência nutricional associada à anemia, estando a opção III correta, mantendo-se o gabarito C) Apenas as afirmativas I, III, IV e V. (FAUSTO, 2003).

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 36 – Nutricionista**

**Candidato:** 604559

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que símbolos matemáticos foram expressados de maneira errada.

**INDEFERIDO:** A utilização de ponto (.) e vírgula (,) foram utilizados nas alternativas de forma a facilitar a leitura da questão visto que 2.400 refere-se a dois mil e quatrocentos, assim como 2,4 se refere a dois vírgula quatro, se escrito os números por extenso. A não utilização dos seguintes símbolos poderiam distorcer as alternativas em razão de que 2,4 difere de 24, tornando assim uma interpretação equivocada da questão. Cabe ressaltar que a questão pede um resultado – a quantidade de sódio em 6g de sal – e não uma suposta fórmula, logo, os símbolos utilizados não foram aludidos a nenhuma conta matemática e sim, apenas, a demonstração do resultado.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 26 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 609469/ 593544/ 600896/ 609378

**Alegação:** os candidatos impetraram recurso contra a questão, alegando que nenhuma das alternativas estariam corretas, uma vez que a escala citada no enunciado diverge com a escala de índice CPO-D citada pelos mesmos como a correta, em que o valor 7,2 considerado como alto, deveria ser considerado como muito alto.

**INDEFERIDO:** não assiste razão os candidatos afirmarem que alternativa B está INCORRETA e que a questão deva ser anulada, uma vez que a questão baseou-se na obra FUNDAMENTOS DE ODONTOLOGIA, Epidemiologia da Saúde Bucal (José Leopoldo Ferreira Antunes e Marco Aurélio Peres), página 62, onde se esclarece a escala citada na questão. Ainda que fossem considerados os índices citados pelos candidatos, as alternativas C e D seriam impossíveis de serem assinaladas (que afirmam 7,2 ser um valor moderado), bem como a alternativa B, que diz que o valor 3,1 seria um valor considerado BAIXO, o que é impossível considerar seguindo quaisquer destas escalas; de maneira que ainda assim restaria a alternativa B, que NÃO ESTÁ INCORRETA, uma vez que se baseia em escala (de quatro níveis) fundamentada na literatura, conforme ilustra a imagem abaixo, não justificando assim a anulação da questão.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

### PANORAMA INTERNACIONAL

Em recente relatório sobre as condições globais de saúde bucal, o Programa de Saúde Bucal da Organização Mundial de Saúde (Petersen, 2003) usou uma escala de quatro níveis para a classificação do índice CPO-D aos 12 anos de idade: muito baixo (menos de 1,2); baixo (de 1,2 a 2,6); moderado (de 2,7 a 4,4) e alto (mais de 4,4). E, para a faixa etária alvo da avaliação entre adultos, 35 a 44 anos, foram estipuladas as seguintes categorias de valores: muito baixo (menos de 5,0); baixo (de 5,0 a 8,9); moderado (de 9,0 a 13,9) e alto (mais de 13,9).

A adição de flúor ao sistema de abastecimento obrigatória no Brasil desde 1974, mas a medida foi implantada progressivamente ao longo do tempo. Um ponderável foi obtida em meados dos anos 1980, quando o benefício teria ultrapassado a marca de 40% da população. Os principais fabricantes introduziram cremes dentais em 1988; nos anos seguintes, esses produtos representaram praticamente 100% do mercado de dentifrício. Quanto à reforma do sistema de saúde, a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990 criou condições para a ampliação e reorientação das ações de saúde bucal, no qual atividades educativas e de proteção especial foram financiadas com recursos do Fundo de Saúde Bucal.

### QUESTÃO MANTIDA

---

**Questão 27 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 609378

**Alegação:** o candidato impetrou recurso contra a questão alegando que não existe via dental de administração de medicamentos e que o paciente não deve ingerir bebidas alcoólicas ou medicamentos que contenham álcool em sua formulação durante e no mínimo 1 dia após o tratamento com o medicamento, e que, portanto, não haveria alternativa correta para a questão, solicitando a anulação da mesma.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente alegar tal argumento, pelas seguintes razões:

- a primeira afirmação foi fundamentada na obra de LENITA WANNMACHER e MARIA BEATRIZ CARDOSO FERREIRA, 3ª edição, FARMACOLOGIA CLÍNICA PARA DENTISTAS onde no capítulo Vias e Métodos de Administração e Formas Farmacêuticas, página 55, é citada A VIA DENTAL, que, ao contrário do que o candidato afirmou, EXISTE sim, inclusive está citada como uma das vias de administração enterais, onde se afirma *ipsis litteris*: “Caracteriza-se pela aplicação do medicamento nos dentes (...) Por essa via são utilizadas as seguintes formas farmacêuticas: soluções para enxague ou bochechos, géis, dentifrícios, pastas dentífricas, vernizes ou pós dentífricos.”

- a quarta afirmação relativa ao metronidazol também fundamenta-se na obra de LENITA WANNMACHER e MARIA BEATRIZ CARDOSO FERREIRA, 3ª edição, FARMACOLOGIA CLÍNICA PARA DENTISTAS, capítulo ANAEROBICIDAS, página 306, item SEGUIMENTO, onde afirma-se *ipsis litteris* “Durante terapia com metronidazol, os pacientes não devem consumir bebidas alcoólicas devido à produção de reações similares às do dissulfiram.” De fato, a mesma obra cita *ipsis litteris*: “bebidas e elixires que contêm álcool estão contraindicados durante o uso daquele antimicrobiano e até 1 dia após o tratamento ter cessado”. Porém, em nenhum momento a assertiva citou que SOMENTE DURANTE a terapia os pacientes não deveriam consumir álcool, o que NÃO necessariamente torna a afirmativa FALSA, uma vez que se trata de uma informação VERDADEIRA e fundamentada em literatura.

Portanto, a sequência correta mantém-se: V-V-F-V-V

**QUESTÃO MANTIDA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 29** – Odontólogo (ESF)

**Candidato:** 593544/ 600896/ 596502

**Alegação:** os candidatos impetraram recurso contra a questão ao alegar que *ipsis litteris*: "Exista uma flora bacteriana relaciona com a gengivite induzida pela placa segundo vários autores na literatura" e então cita vários autores, solicitando a anulação da questão; que as alternativas A e D estariam incorretas, portanto sugerindo anulação da questão; que a letra B estaria INCORRETA, ao citar determinado autor que *ipsis litteris* "observações na gengiva durante a infância revelam que o corpo estranho (no caso a placa) responde fisiológica e patologicamente de maneira semelhante a gengiva do adulto". Pede correção do gabarito para a letra B.

**INDEFERIDO:** não assiste razão ao recorrente ao alegar pelos seguintes motivos:

- O argumento do candidato parece estar confuso ou mal elaborado ao escrever *ipsis litteris* : "Exista uma flora bacteriana relaciona com a gengivite induzida pela placa segundo varios autores na literatura" . A banca entende que o candidato quis afirmar que existe uma flora bacteriana que está relacionada com a gengivite induzida pela placa.

Porém, a afirmação na alternativa a questão foi bem clara ao dizer que não há uma flora ESPECÍFICA bacteriana que seja PATOGNOMÔNICA da gengivite induzida por placa, ou seja, de fato existe uma flora bacteriana associada a esta patologia, e que é diferente da que compõe uma gengiva saudável, porém não é característica somente dela. Conforme cita JAN LINDHE, em sua 5ª edição em TRATADO DE PERIODONTIA CLÍNICA E IMPLANTOLOGIA ORAL, no capítulo "Doenças gengivais induzidas pela placa", na página 391, a obra cita *ipsis litteris*: "alterações histopatológicas (da gengivite induzida pela placa) incluem proliferação do epitélio juncional basal conduzindo uma migração celular apical e lateral, vasculite dos vasos sanguíneos adjacentes ao epitélio juncional, progressiva destruição da rede de fibras colágenas com mudança do tipo do colágeno , alteração citopatológica nos fibroblastos residentes e uma progressiva inflamação do infiltrado celular imune ( Page & Schroeder, 1976). Embora a composição da flora bacteriana da gengivite induzida pela placa difira da flora associada com a gengiva normal, não há nenhuma flora específica bacteriana que seja patognomônica da gengivite induzida pela placa (Ranney,1993).

- O item A está CORRETO, conforme JAN LINDHE, em sua 5ª edição em TRATADO DE PERIODONTIA CLÍNICA E IMPLANTOLOGIA ORAL, no capítulo "Doenças gengivais induzidas pela placa", na página 391, o autor afirma *ipsis litteris* "As alterações iniciais da normalidade para a gengivite induzida pela placa não podem ser detectadas clinicamente (Page & Schroeder,1976), porém a gengivite induzida pela placa progride para formas mais avançadas da doença, e sinais e sintomas desta forma tornam-se evidentes."

- O candidato defende que a alternativa B estaria incorreta, porém ao solicitar que se mudasse a alternativa para essa letra, deveria também justificar o porquê de não assinalar a alternativa D (gabarito preliminar), uma vez que uma alternativa anula a outra.

Na frase citada pelo candidato, o termo "semelhante" já deixa claro que a respostas fisiológicas e patológicas dos dois organismos em diferentes idades não SÃO IGUAIS, ou seja, evidenciando TAMBÉM a possibilidade de que em algum aspecto, para cada idade, elas podem ser DIFERENTES.

Esta diferença, portanto, é confirmada na obra de JAN LINDHE, em sua 5ª edição em TRATADO DE PERIODONTIA CLÍNICA E IMPLANTOLOGIA ORAL, no capítulo "Doenças gengivais induzidas pela placa", na página 391, onde o autor afirma *ipsis litteris*: "Nas crianças, a gengivite não é tão intensa quanto a encontrada em adultos jovens com a mesma quantidade de placa (Matsson,1978; Matsson & Goldberg, 1985). A diferença de idade relatada na progressão e gravidade da gengivite pode estar associada com a quantidade e qualidade da placa dental, resposta do sistema imune e/ ou diferenças morfológicas no periodonto entre crianças e adultos (Bimstein & Matsson,1999).Mais particularmente, a placa dental das crianças normalmente contém baixas concentrações de patógenos putativos periodontais, e epitélio juncional mais espesso, e está unido com



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

vascularização aumentada no tecido conjuntivo gengival e crescimento do sistema imune (Bimstein & Matsson, 1999). Ao contrário do que acontece nas crianças e em adultos jovens, a infamação gengival nas pessoas adultas mais idosas é mais pronunciada, mesmo quando quantidades idênticas de placa estão presentes (Fransson et al, 1996).”

Portanto, conforme literatura citada acima, a alternativa está CORRETA, portanto o gabarito mantém-se como letra D, que solicitava a alternativa INCORRETA.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 30 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 592733/ 602339/ 593544/ 600896/ 609378/ 596929/ 596502

**Alegação:** Impetraram recurso afirmando que a alternativa A também está INCORRETA. Alegaram que, segundo alguns autores, é necessário sim, utilizar dispositivos para medir o pó e o líquido. Alguns inclusive citaram o que as bulas dos cimentos recomendam; que a alternativa “C” estaria correta, ao alegar que a placa não necessita de esfriamento ou aquecimento, bastando o ambiente estar em uma média de 24°C. Solicita correção do gabarito para alternativa A; que a alternativa D está INCORRETA, ao afirmarem que o tempo de espatulação é sim crítico.

**INDEFERIDO:** Primeiramente, é necessário deixar claro que a banca se baseou em literatura consagrada do ramo de materiais dentários para a elaboração da questão (MATERIAIS DENTÁRIOS, PHILLIPS, capítulo 16- cimentos odontológicos- página 419).

- A questão foi bem clara, baseada na literatura citada, ao afirmar na alternativa que PROVAVELMENTE não seria necessária a utilização de dispositivos para medir o pó e o líquido, o que não anula a possibilidade de que isto seja feito nem significa que outros autores estejam errados quanto ao uso de dispositivos, tampouco isto torna a alternativa A incorreta, uma vez que existe a plausível possibilidade de NÃO se utilizar estes dispositivos. Em nenhum momento é dito que é errado o uso destes dispositivos e sua medição. A justificativa lógica para o PROVÁVEL não uso destes dispositivos ,encontra-se no item 1 da referida obra de PHILLIPS, conforme imagem abaixo:

**Manipulação**

Cinco pontos devem ser observados durante a manipulação dos cimentos de fosfato de zinco, de acordo com o descrito a seguir:

1. Provavelmente não é necessário usar dispositivos para medir o pó e o líquido, uma vez que a consistência desejada pode variar em função da situação clínica de uso. Por exemplo, se um maior tempo de trabalho for necessário para cimentar uma prótese parcial fixa com múltiplas próteses fixas, uma mistura um pouco mais fluida será, em geral, aceita. Entretanto, a maior quantidade de pó possível para cada aplicação deve ser incorporada para garantir mínima solubilidade e máxima resistência.
2. Uma placa para manipulação resfriada deve ser usada. A placa resfriada prolonga o tempo de trabalho e presa, e permite que o operador incorpore uma quantidade má-

Quanto às bulas, inclusive o própria autor diz que o pó deve ser dividido em várias porções indicadas nas instruções indicadas pelo fabricante, porém não que necessariamente sempre se devam utilizar dispositivos para isso e ainda que seja indicado o uso por outros autores, não significa que sempre terá que se proceder desta forma, mas em alguns casos, PROVÁVEL que sim, também.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

3. O pó deve ser dividido em várias porções indicadas nas instruções dos fabricantes. A mistura é iniciada pela adição de uma pequena quantidade de pó, que é espatulada vigorosamente. Uma ampla área da placa deve ser usada. Uma regra interessante para ser seguida é a espatulação de cada incremento por 15 a 20 s antes de incorporar o próximo incremento. O tempo de espatulação não é crítico. A completa mistura em geral requer

- PHILLIPS em sua obra defende de forma coerente o resfriamento da placa, conforme a justificativa abaixo, extraída de sua obra MATERIAIS DENTÁRIOS:

porada para garantir mínima solubilidade e máxima resistência.

2. Uma placa para **manipulação resfriada deve ser usada.** A placa resfriada prolonga o tempo de trabalho e presa, e permite que o operador incorpore uma quantidade máxima de pó, antes que se processe a formação da matriz, chegando até um ponto em que a mistura se torna rígida. O líquido não deve ser dispensado na placa até o momento do início da manipulação, uma vez que a água pode ser perdida por evaporação, conforme mostra a Figura 16-10.

Por razões justificadas anteriormente, também o gabarito não será modificado para alternativa A.

- O fato de o tempo de espatulação não ser crítico, não significa que não se possa indicar um tempo médio para essa espatulação. Não houve citação de algum autor, feito pelos candidatos, em que é dito que o CORRETO é que se considere como crítico o tempo de espatulação. Desta forma, independente de possíveis divergências, não se pode considerar INCORRETO o fato de o tempo de espatulação NÃO SER CRÍTICO, pelas seguintes razões, bem fundamentadas em consagrada literatura:

gorosamente. Uma ampla área da placa deve ser usada. Uma regra interessante para ser seguida é a espatulação de cada incremento por 15 a 20 s antes de incorporar o próximo incremento. O tempo de espatulação não é crítico. A completa mistura em geral requer aproximadamente 1,5 a 2 min. É importante seguir as instruções fornecidas com o material. Como afirmado anteriormente, a consistência apropriada varia de acordo com o propósito para o qual o cimento será usado. Entretanto, a consistência desejada deve ser sempre conseguida pela adição de mais pó, nunca permitindo que uma mistura fluida se forme, pois não será rígida. No caso de próteses parciais fixas, é necessário um tempo adicional para aplicar o cimento. Neste caso, uma pequena diminuição na viscosidade pode ser aceitável.

Portanto, as alternativas A, B e D permanecem sendo consideradas CORRETAS, e alternativa C permanece sendo considerada INCORRETA pelos motivos acima supracitados.

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 32 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 592733/ 602339/ 609469/ 609378/ 592167/ 596929

**Alegação:** os candidatos impetraram recurso contra a questão alegando que a alternativa correta seria a LETRA C- periodonto, como via de acesso que microorganismos NÃO poderiam utilizar para atingir a polpa; que consideram todas as alternativas como corretas, solicitando anulação da questão; que as alternativas A e D estão corretas; que não existe na literatura anacorese odontogênica e para acessar os túbulos dentinários uma maneira é pela cárie dentária. Solicita anulação da questão ou troca de alternativa para a letra D.

**DEFERIDO:**



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

- Pela obra de Hélio Pereira Lopes & José Freitas Siqueira Jr, ENDODONTIA BIOLOGIA E TÉCNICA, 2ª edição, página 233, o periodonto é considerado sim uma das vias de acesso de microrganismos para atingir a polpa.
- a alternativa D está incorreta, uma vez que segundo Hélio Pereira Lopes & José Freitas Siqueira Jr, ENDODONTIA BIOLOGIA E TÉCNICA, 2ª edição, a anacorese HEMATOGENICA pode ser considerada uma via de acesso, e não odontogênica, uma vez que essa via não existe.
- a alternativa A é alternativa correta, uma vez que a cárie dentária é fator primário para o acesso de bactérias. (CAMINHOS DA POLPA, Stephen Cohen, Kenneth M. Hargreaves). Já a alternativa D cita como fator primário a anacorese odontogênica, porém o correto seria hematogênica.
- assiste razão ao alegado pela recorrente no que concerne ao fato de não existir o termo anacorese odontogênica. Para a elaboração da questão foi consultada a obra Hélio Pereira Lopes & José Freitas Siqueira Jr, ENDODONTIA BIOLOGIA E TÉCNICA, 2ª edição, onde lá está citado o termo ANACORESE HEMATOGENICA. O fato de ter sido utilizado outro termo semelhante, porém ERRADO, não torna a questão ERRADA, portanto não passível de anulação, sendo assim a alternativa correta é a letra D.

Portanto, por equívoco da banca ao divulgar a alternativa correta, alterou-se o gabarito da questão de letra A para letra D

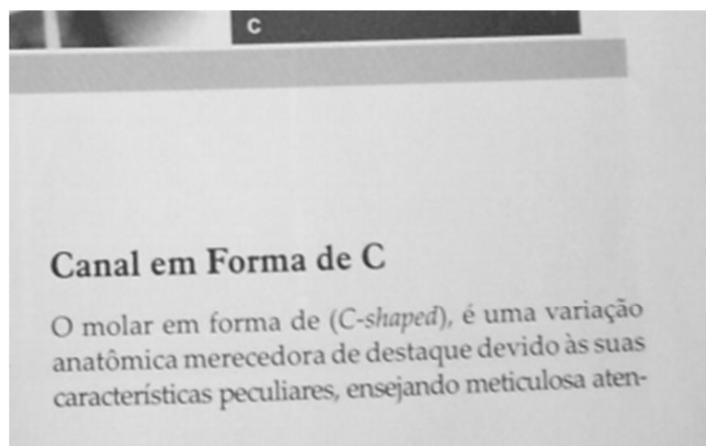
**GABARITO ALTERADO PARA ALTERNATIVA D**

**Questão 33 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 592733

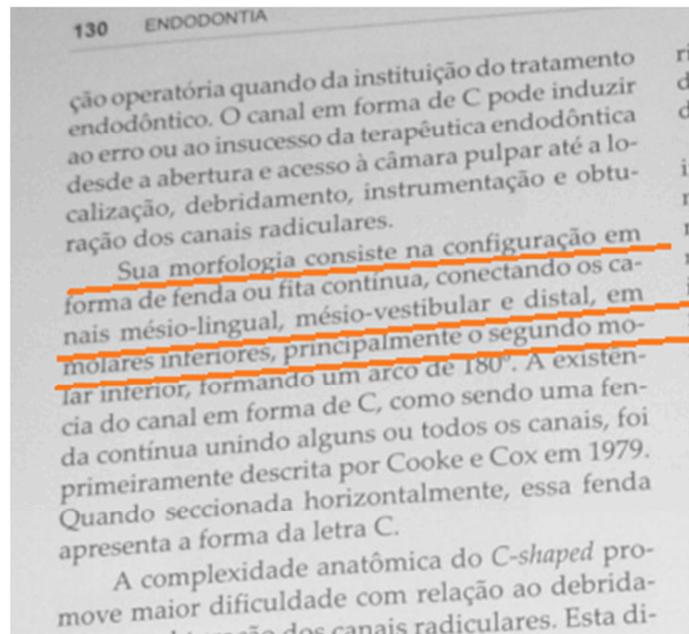
**Alegação:** a candidata ao impetrar recurso contra a questão, defende que a questão possui dois gabaritos corretos, pois segundo referências citadas pela mesma, o canal C shaped apesar de ser mais frequente em molares inferiores não é uma peculiaridade nesses grupos de dentes, podendo ser encontrado também em pré-molares. Portanto, a candidata sugere a anulação da questão.

**DEFERIDO:** assiste razão a recorrente alegar a possibilidade da existência de canal C shaped em pré-molares. O objetivo da questão era que o candidato identificasse em quais dentes era mais comum a existência deste canal, uma vez que nos molares inferiores a sua prevalência (8% segundos molares inferiores) exige que o profissional fique mais atento a essa possibilidade ao possuir tal conhecimento. Ao consultar a obra de HÉLIO PEREIRA LOPES E JOSÉ FREITAS SIQUEIRA JR, ENDODONTIA –BIOLOGIA E TÉCNICA, 2ª edição, no quinto capítulo – anatomia interna, cavidade de acesso e localização dos canais- alterações da anatomia interna- pgs 126 e 127, dispomos desta informação:





Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**



Porém, devido a uma falha no enunciado da questão, ao solicitar onde se dava a ocorrência do C-shaped sem especificar onde seria sua maior prevalência e ao desconsiderar a possível existência dessa alteração anatômica em outros dentes (pré-molares) a banca decide por ANULAR a questão.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 34 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 608419

**Alegação:** o candidato impetrou recurso contra a questão ao alegar a existência de equívocos no enunciado da questão e em suas alternativas. O erro de enunciado consistiria em utilizar a palavra “denominadas” e não “denominados” para questionar a suposta nomenclatura utilizada para ângulos diedros e triedros, levando erroneamente o candidato a entender que a questão referia-se a paredes e não a ângulos. O erro das alternativas e conseqüentemente do gabarito é concernente ao fato, segundo o candidato, de que ângulos formados por paredes de classe III nem sempre poderiam se denominar incisais, de maneira que a banca estaria generalizando o termo incisal para todos os ângulos formados em cavidade classe III. O candidato pede a anulação da questão e afirma Ipsis litteris : “a formulação de perguntas através da simples mudança de palavras encontradas em um artigo que não possui abrangência entre os cirurgiões dentistas não está em qualquer referência de concurso de odontologia ou faz parte da grade curricular de qualquer universidade”

**DEFERIDO:** assiste razão ao candidato ao alegar o erro de enunciado da questão e a banca assume responsabilidade por este equívoco e que pode ter gerado confusão entre os candidatos, uma vez que de fato o objetivo era questionar quanto à nomenclatura dos ângulos formados pelas paredes e não das paredes, conforme a questão deu erroneamente a entender.

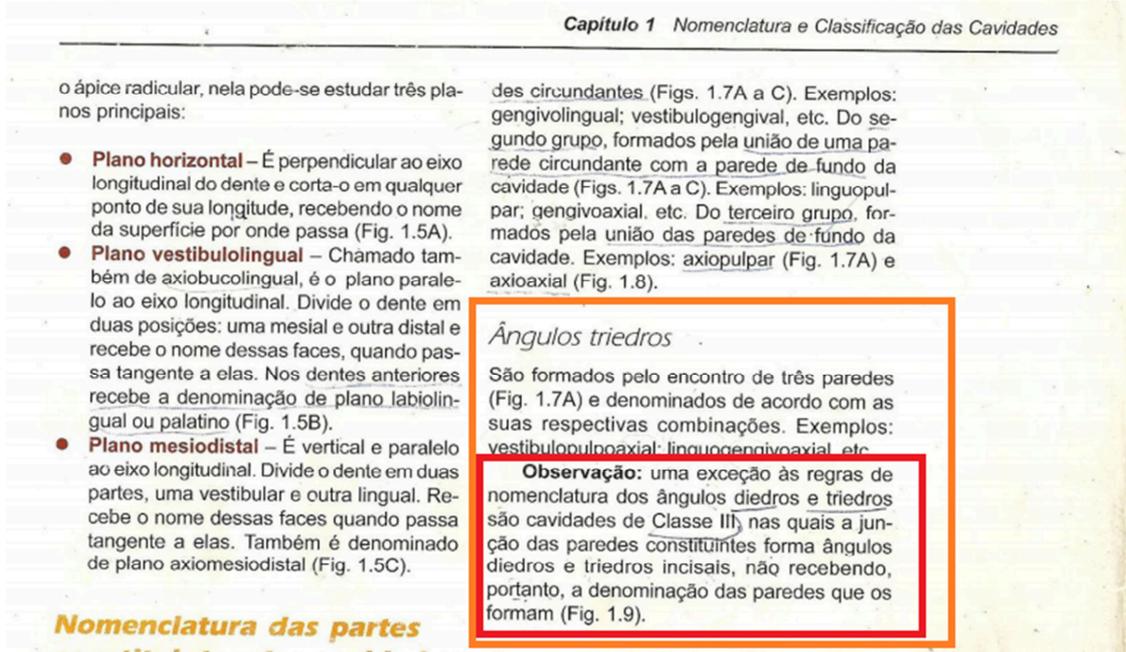
Porém, no ímpeto da defesa, o candidato falha na razão, ao afirmar que “a formulação de perguntas através da simples mudança de palavras encontradas em um artigo que não possui abrangência entre os cirurgiões dentistas não está em qualquer referência de concurso de odontologia ou faz parte da grade curricular de qualquer universidade”.

Muito pelo contrário, apesar do equívoco do enunciado, a banca agiu sim com responsabilidade na elaboração da questão, uma vez que não foram consultados artigos para que o enunciado fosse realizado e sim, diferentemente do que o candidato afirma quanto à ausência de abrangência da



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

questão entre os cirurgiões dentistas, consultou-se a obra “DENTÍSTICA- PROCEDIMENTOS PRÉ-CLÍNICOS, de José Mondelli”, capítulo 1: Nomenclatura e classificação das cavidades, página 03; obra esta inclusive bastante utilizada no meio acadêmico durante a formação de muitos profissionais. Abaixo em anexo está o trecho utilizado para elaboração da questão:



Portanto, muito embora não se possa generalizar a denominação destes ângulos, as outras alternativas não seriam condizentes, exceto a alternativa D, com o enunciado, caso este não tivesse sido escrito de forma confusa e equivocada. O fato de outros autores divergirem quanto a esta denominação, não torna a alternativa ERRADA, uma vez que a questão está SIM fundamentada em reconhecida literatura do ramo da dentística e o gabarito manter-se-ia o mesmo. Porém, a banca se desculpa pelos erros cometidos durante o enunciado e, apesar do engano cometido pelo candidato ao argumentar quanto à natureza e procedência da questão, defere o pedido de anulação da mesma em respeito também aos demais candidatos que podem ter se confundido ao ler trechos que tornaram a questão talvez incompreensível e portanto sujeita à justa anulação.

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 36 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 609378/ 592167/ 596929/ 596502

**Alegação:** Os candidatos impetraram recurso contra a questão alegando que todas as alternativas estão corretas, inclusive a alternativa D, o gabarito da questão que afirmou que a mesma estaria incorreta e que a alternativa B contém equívocos.

**INDEFERIDO:**

- A banca indefere recurso impetrado pelos candidatos, uma vez que embora o método auxiliar FOTI é um método auxiliar para o diagnóstico da cárie que vem sendo utilizado há muito mais tempo do que a alternativa D afirma (década de 90), é um método que vem sendo utilizado desde a década de 70 do século passado com bons resultados.

- Embora haja divergência entre autores quanto ao período de janela de infectividade, isto não torna a alternativa ERRADA, uma vez que pesquisas demonstram haver pelo menos um período de janela de infectividade para a cárie dental em humanos já identificado, ele se situa de acordo com Caufield, na média aos 26 meses de idade (entre os 19 e 31 meses de idade). Este período



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

chamado de janela de infectividade para a cárie é aquele em que a suscetibilidade para adquirir os Streptococcus do Grupo Mutans seria máxima. O termo é comumente utilizado para definir períodos de máxima suscetibilidade em relação a AIDS e a várias outras doenças infecciosas.

Referências que podem ser consultadas:

- Os EGM são o principal grupo envolvido na etiologia da doença cárie, mas existem outros microrganismos com potencial cariogênico como exemplo podemos citar os Lactobacillus, os Streptococcus não mutans e Actinomyces viscosus.

**Referências:**

BARATIERI e cols, Odontologia Restauradora e Possibilidades, Livraria Santos, 2002  
CAUFIELD, P.W. CUTTER, G.R. Initial Acquisition of Mutans Streptococci Infections in Infants: Evidence for a Discrete Window of Infectivity. J Dent. Res 72,1993  
CONCEIÇÃO, E.N. e cols, Dentística Saúde e Estética. Artmed Editora, 2000  
FLÓRIO, F.M. e GONÇALVES, R.B. Ecologia microbiana da cavidade bucal. IN: Odontologia em Saúde Coletiva planejando ações e promovendo a saúde. Pereira, A.C. e cols Artmed 2002.  
FUJIWARA, T. e cols. Caries prevalence and salivary mutans streptococci in 0-2 years old children in Japan. Community Dent Oral Epidemiol, v.19, 1991.  
MIALHE, L.F. e PEREIRA, A.C. Diagnóstico da Doença Cárie. IN: Odontologia em saúde coletiva planejando ações e promovendo saúde. Pereira, A.C e cols. Artmed, 2002.  
WEYNE e HARARY, "Cariologia". In Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades, Baratieri, Editora Santos, 2002.

**QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 38 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 609469/ 593544

**Alegação:** candidatos impetraram recurso contra questão solicitando que se mude a alternativa para a letra D. ou que se anule a referida questão

**INDEFERIDO:**

- A banca indefere o recurso impetrado, uma vez que ainda que exista indicação da técnica radiográfica oclusal inferior 90 graus para localização vestibulo lingual de terceiros molares inferiores oclusos, segundo literatura (PRINCÍPIOS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA – ERIC WHAITES, 4ª EDIÇÃO PÁGINA 124) a única técnica que tem como indicação clínica PRINCIPAL (prioridade) conforme pede a questão, a avaliação da posição vestibulo-lingual dos terceiros molares inferiores não-erupcionados é a TÉCNICA OCLUSAL OBLÍQUA INFERIOR.

Imagem extraída da obra (técnica radiográfica oblíqua inferior). A única alternativa que corresponde à indicação clínica PRINCIPAL é a letra A'.

**Principais indicações clínicas**

- Detecção de cálculos radiopacos na glândula salivar submandibular de interesse.
- Avaliação da posição vestibulo-lingual dos terceiros molares inferiores não-erupcionados.
- Avaliação da extensão e da expansão de cistos, tumores ou outras lesões ósseas na parte posterior do corpo e do ângulo da mandíbula.

ao receptor de imagem, e posicionado abaixo e atrás do ângulo da mandíbula e paralelo à face lingual da mandíbula (ver Fig. 12.9).

NOTA: O filme da radiografia oclusal oblíqua inferior também é montado com o picote voltado para fora.



- Banca indefere o recurso impetrado contra a questão, uma vez que a mesma exigia que o candidato identificasse qual das técnicas apontadas tinha como uma das PRINCIPAIS indicações clínicas a avaliação da posição vestibulo-lingual dos TERCEIROS MOLARES(específico) e NÃO de dentes inferiores (geral). Portanto, caso haja necessidade de se avaliar a posição vestibulo-lingual



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

destes dentes, não há impeditivo para a realização da técnica radiográfica oclusal inferior 90°, uma vez que esta contempla a necessidade de se avaliar posição vestibulo-lingual de DENTES inferiores. Porém em se tratando de avaliação de TERCEIROS molares, segundo PRINCÍPIOS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA – ERIC WHAITES, 4ª EDIÇÃO PÁGINA 124, tem-se como prioridade e PRINCIPAL indicação a técnica radiográfica oclusal oblíqua inferior. A técnica radiográfica oclusal inferior 90° não prioriza terceiros molares, não tendo estes como uma de suas principais indicações clínicas.

Portanto, a banca mantém como correta a alternativa A: técnica radiográfica oclusal oblíqua inferior.

### **QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 39 – Odontólogo (ESF)**

**Candidato:** 609469/ 609378/ 599608

**Alegação:** candidatos impetraram recurso contra questão alegando que há mais de uma alternativa correta.

**INDEFERIDO:**

- Não assiste razão ao recorrente ao alegar que alternativa A estaria correta, uma vez que o esquema de administração cefazolina, 25mg/Kg (dose máxima :1g), por via IV ou IM, 30 minutos antes do procedimento é indicado para crianças ALÉRGICAS a penicilinas. O enunciado da questão foi bem claro ao solicitar o melhor esquema de administração para crianças SEM HISTÓRICO DE ALERGIA, portanto o mais indicado seria o constante na alternativa B: Ampicilina, 50mg/Kg (dose máxima: 2g), por via IV ou IM, 30 minutos antes do procedimento.

Além disso, o candidato não apresentou referências bibliográficas que fundamentem o seu argumento e citou Ipsis litteris: “A CEFALOXINA um antibiotico da familia das cefalosporina de primeira geração(forman um grupo de antibioticos beta-lactamicos relacionados com as penicilinas),podendo ser usado nessa posologia para profilaxia da endocardite bacteriana” . A palavra “CEFALOXINA” nem sequer está presente na questão e na literatura este termo também não existe, ao menos que o candidato tenha se confundido e quisesse citar a CEFALEXINA, que ainda sim TAMBÉM não foi citada na questão.

- A Clindamicina, 20mg/ Kg (dose máxima: 600mg), por via IV ou IM, 1 hora antes do procedimento até poderia ser indicada não fosse pelo erro “1h antes do procedimento “ citado na questão, o ideal é 30 minutos antes do procedimento. Além disso, ainda que estivesse escrito corretamente (30 minutos antes do procedimento) a sua melhor indicação se dá para crianças que sejam ALÉRGICAS a penicilinas. Para crianças sem história de alergia a penicilinas e incapazes de utilizar a via oral, a administração recomendada continua sendo a Ampicilina 50mg/Kg (dose máxima 2g), por via IV ou IM, 30 minutos antes do procedimento.

**Bibliografia:**

LENITA WANNMACHER e MARIA BEATRIZ CARDOSO FERREIRA, FARMACOLOGIA CLÍNICA PARA DENTISTAS, 3ª edição, capítulo 42: PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ODONTOPEDIATRIA , página 435- esquema de administração de antimicrobianos recomendado para profilaxia de endocardite bacteriana e infecção pós operatória em regime ambulatorial.

**QUESTÃO MANTIDA**

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 40** – Odontólogo (ESF)

**Candidato:** 592733/ 593544

**Alegação:** Os candidatos impetraram recurso contra questão alegando que as alternativas C e D estariam corretas, uma vez que a musculatura massetérica também é afetada durante a complicação anestésica, gerando trismo.

**INDEFERIDO:** A questão pedia em seu enunciado : “esta complicação (trismo) pode ocorrer durante a execução de uma técnica anestésica odontológica que gera trauma a músculos ou vasos sanguíneos...” e então citava os locais específicos em a técnica anestésica poderia levar a uma complicação que deflagrando trismo. Consultando a literatura, não é possível encontrar citações que se refiram especificamente à tuberosidade massetérica como região anatômica principal que gera tal problema, uma vez que os bloqueios anestésicos mais frequentes e que poderiam gerar o trismo seriam os do nervo alveolar inferior e lingual, e isso provocaria lesão no músculo PTERIGOIDEO MEDIAL devido à punção da agulha. O trismo por sua vez pode se caracterizar de fato por espasmos na região do músculo masseter, que gera dificuldade de abertura da boca, porém em termos de ETIOLOGIA (local de infiltração anestésica que geraria a complicação) não encontramos na literatura que especificamente esse infiltrado ocorra na tuberosidade massetérica (conforme escrito na alternativa D) e SIM lesionando vasos ,nervos e músculos que se encontram na fossa infratemporal, conforme o gabarito da questão (alternativa C).

Abaixo segue a fundamentação teórica da questão:

#### **TRISMO**

O trismo é uma limitação na capacidade de abertura e dos movimentos da boca, com a

presença de espasmos musculares, que pode resultar de erros na realização das técnicas anestésicas de bloqueio do nervo alveolar inferior ou alveolar superior posterior (Blanton & Jeske, 2003). Assim, o trauma a músculos ou vasos sanguíneos na fossa infratemporal podem ser os desencadeadores do trismo (Malamed, 2005; Bennett, 1986).

A causa mais comum do trismo é o trauma em um dos músculos da mastigação durante a inserção da agulha. Nesse caso, geralmente o músculo atingido é o pterigóideo medial durante o bloqueio do nervo alveolar inferior, podendo ocorrer nas três técnicas, convencional, Vazirani – Akinose e Gow – Gates (Haas, 1998).

**Segundo STANLEY F. MALAMED – MANUAL DE ANESTESIA LOCAL- 6ª EDIÇÃO:**



## TRISMO

O *trismo*, do grego *trimus*, é definido como um prolongado espasmo tetânico dos músculos da mastigação, levando à limitação da abertura de boca (boca travada). Esta designação era originalmente usada somente no tétano, porém como a impossibilidade de abrir a boca pode ser vista em uma grande variedade de condições, o termo vem sendo usado em casos de restrição do movimento mandibular, independente de sua etiologia.<sup>32</sup> Apesar da dor após a infiltração de anestésicos locais ser a complicação local mais comum, o trismo pode se tornar um dos mais crônicos e complicados problemas de se tratar.<sup>33-35</sup>

### Causas

O trauma a músculos ou vasos sanguíneos na fossa infratemporal é o fator etiológico mais comum do trismo associado a infiltrações anestésicas locais.

Soluções anestésicas locais nas quais o álcool ou solução de esterilização fria se misturaram produzem irritação dos tecidos (p. ex., músculo), levando potencialmente ao trismo.

Anestésicos locais demonstraram ser tóxicos à muscula-

O fator etiológico do trismo é o traumatismo dos músculos ou dos vasos sanguíneos na fossa infratemporal. Este está associado a injeções dentárias de anestésicos locais. (ACCIDENT IN LOCAL ANESTHESIA CAMPELO A R. ; SILVA G M.; HERMAS P.O S.; ELIAS R. )

A ocorrência de trismo é pouco comum, sendo mais frequente quando os nervos alveolar inferior e lingual são bloqueados ou com infiltração na região posterior da maxila, provocando lesão no músculo pterigóideo medial devido a punção da agulha (GARCIA-PEÑIN, A.; MAYA, B.G.; MORENO, J.J.M. Riesgos y complicaciones de anestesia local en la consulta dental. Estado actual, RCOE v.8 n.1 Madrid ene.-feb. 2003.)

### QUESTÃO MANTIDA

---

#### Questão 27 – Psicólogo

**Candidato:** 592777

**Alegação:** O candidato alega que há duas respostas incorretas e pede a anulação da questão.

**INDEFERIDO:** O trecho apresentado na letra B está apresentado de forma correta, assim como se apresenta na referência. A questão não pedia uma interpretação individual da palavra equidade, e sim que fosse observado sobre as políticas de saúde no Brasil de modo geral.

**Referências:**

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Brasília: CFP, 2013.

### QUESTÃO MANTIDA

---

#### Questão 39 – Psicólogo

**Candidato:** 599862

**Alegação:** O candidato alega que o enunciado não tem clareza e pede anulação da questão.

**INDEFERIDO:** O enunciado da questão está claro, pede para preencher a lacuna com a resposta correta de acordo com a descrição apresentada. A descrição está apresentada também de forma clara. É uma questão de interpretação de texto.

**Referências:**

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. PA: ArtMed, 2000.

### QUESTÃO MANTIDA

---



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Questão 22** – Auxiliar de Ensino, Orientador Educacional e Professores

**Candidato:** 598004/ 601500/ 607384/ 598635/ 592850/ 592956/ 597649/ 598002/ 598441/ 599057/ 599586/ 599846/ 601634/ 602222/ 603569/ 604190/ 604567

**Alegação:** Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- O item III da presente questão é falso, o que não corresponde à alternativa indicada como adequada (certa).

**DEFERIDO:** Assiste razão aos recorrentes ao alegar, sendo que:

- De acordo com o documento oficial do Ministério da Educação, Indagações sobre currículo : currículo e avaliação (2017) em sua página 24 afirma que

“...a avaliação é uma forma de se verificar se o estudante aprendeu ou não o conteúdo ensinado. Embora isso possa fazer parte do conceito de avaliação, ela é mais ampla e envolve também outras esferas da sala de aula. “

...

“Alguns desses aspectos são avaliados formalmente (em provas, por exemplo), mas outros são avaliados informalmente (nas conversas com os estudantes, no dia-a-dia da sala de aula). Investigar, portanto, como está ocorrendo a avaliação em sua sala de aula – considerando os aspectos formais e informais – pode ser um bom começo para aprimorar as práticas avaliativas usadas.”

E ao contrário do que menciona o item III da presente questão, outros aspectos informalmente, como as conversas com os estudantes, no dia-a-dia da sala de aula não devem ser ignorados no processo avaliativo.

Diante do exposto, opta-se pela anulação da presente questão.

**Referência Bibliográfica:**

Indagações sobre currículo : currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 23** – Auxiliar de Ensino, Orientador Educacional e Professores

**Candidato:** 601500/ 599846/ 598002

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa “A” e “B” estão certas; que a questão está mal formulada.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a resposta certa (e esperada) é a alternativa “D”

- o documento oficial da Secretaria de Educação Fundamental - Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual (1997) em sua página 59, 60 elenca vários conteúdos a serem desenvolvidos no bloco Pluralidade e direitos, dentre eles:

“• Estatuto da Criança e do Adolescente, como instrumento na luta pelos direitos da cidadania da criança.”

- já as demais alternativas da presente questão não são consideradas adequadas uma vez que não são mencionadas no referido bloco, tão pouco apresenta aproximação temática para desenvolvimento pedagógico, a saber, são as seguintes:

“• Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana como uma conquista da humanidade para todos os seres humanos.

• O papel de declarações, tratados, convenções internacionais na defesa e aperfeiçoamento da cidadania.

• Constituição de 1988 como instrumento jurídico fundamental do País: direitos e deveres individuais e coletivos; discriminação e racismo como crime; direitos culturais.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

A situação atual da sociodiversidade indígena, as relações com outros povos e etnias e as responsabilidades do Estado e da sociedade civil no cumprimento de seus direitos.

- O papel dos grupos étnicos como protagonistas, no resgate e recriação cultural, no estabelecimento de novas situações jurídicas, em especial na fase contemporânea, fazendo-se respeitar, propondo e ensinando novas bases de convivência; a responsabilidade do Estado e da sociedade civil no cumprimento de seus direitos.
- Estatuto da Criança e do Adolescente, como instrumento na luta pelos direitos da cidadania da criança.”

**Referência Bibliográfica:**

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 164p.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 24** – Auxiliar de Ensino, Orientador Educacional e Professores

**Candidato:** 592850

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a “questão leva a interpretação dúbia.”

**DEFERIDO:** Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

De acordo com o documento oficial Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC - Indicadores da qualidade na educação (2007) na sua página 47, afirma que o fato de que haja “...formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, em especial que todos os professores que trabalham na escola tenham formação inicial necessária para o exercício de sua função.” Se relaciona ao indicador de “Formação inicial e continuada” da “Dimensão 5 - Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola”.

-nas alternativas disponíveis não há nenhuma que satisfaça à proposição – “Formação inicial e continuada”, como resposta certa (e esperada).

Opta-se, pois, pela anulação da presente questão.

**Referência Bibliográfica:**

Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2007, 3ª edição ampliada.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 26** – Auxiliar de Ensino, Orientador Educacional e Professores

**Candidato:** 598635

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a “matéria tratada na questão não consta nos conteúdos programáticos previsto no edital”

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

O Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO Município de RANCHO QUEIMADO, prevê o desenvolvimento temático tratado nos itens da presente questão nas páginas 57 e 58 como conteúdo programático ao mencionar:

“Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública”

“Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano.”

**Referência Bibliográfica:**



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO Município de RANCHO QUEIMADO. Disponível em [http://gestoreditais.com.br/midias/edital/25/990/edital-001-2017-concurso-publico-rancho-queimado-pdf\\_85.pdf](http://gestoreditais.com.br/midias/edital/25/990/edital-001-2017-concurso-publico-rancho-queimado-pdf_85.pdf). Acesso em 29.Mai. 2017.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 36 – Orientador Educacional**

**Candidato:** 607384

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão tem duas respostas corretas.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a alternativa certa (e esperada) é a alternativa “D”.
- é importante notar que o enunciado da presente questão traz a menção de “...a possibilidade de ter conhecimento efetivo do Projeto Político Pedagógico da escola e das disposições contidas no neste documento. E, ainda no enunciado, há direcionamento aos sujeitos da comunidade escolar “pais ou responsáveis por alunos matriculados na escola”. Portanto, a questão se trata de definir o que tipo de possibilidade, se uma sanção, um direito, uma proibição. O que neste caso, considera-se um direito.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 38 – Orientador Educacional**

**Candidato:** 601500

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando a alternativa “B” como resposta certa.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a alternativa certa (e esperada) é a alternativa “A”.
- Embora sejam documentos convergentes ao cotidiano escolar, PPP e Regimento Escolar, são instrumentos diferenciados em suas funções diferentes e específicas. De forma sucinta, PPP, atuando de forma específica na práxis escolar, como a descrita no enunciado da presente questão. Voltado à relação ensino-aprendizagem, em termos nucleares. Já o Regimento Escolar, tem o propósito de responsabilizar “...cada um dos segmentos que compõem a instituição escolar como forma de garantir o cumprimento de direitos e deveres da comunidade escolar”

**Referência Bibliográfica:**

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas. Papirus, 1996.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 36 – Professor**

**Candidato:** 602222/ 604567/ 592850/ 599586

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa “A” também pode responder a presente questão.

**DEFERIDO:** Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- O entendimento oficial do RCNEI (1998), volume 3, na página 140 é que “...a criança é capaz de ler na medida em que a leitura é compreendida como um conjunto de ações que transcendem a simples decodificação de letras e sílabas. Quando a criança consegue inferir o que está escrito em determinado texto a partir de indícios fornecidos pelo contexto, diz-se que ela está lendo.”



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

- entende-se que a “...histórias curtas, com vocabulário simples e usual, especialmente sobre assuntos do cotidiano da criança”, guardadas as proporções, podem ser “lidas” por crianças entre três e quatro anos, assim como outras faixas etárias citadas nas demais alternativas.

Diante do exposto, opta-se pela anulação da presente questão.

**Referência Bibliográfica:**

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 40 – Professor**

**Candidato:** 597649/ 604190/ 602222/ 604567

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando a alternativa C sendo correta a resposta; que A e B tem o mesmo significado.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

-A alternativa certa (e esperada) é “C”.

- o ITEM I é considerado correto, uma vez que na Tendência Liberal Renovadora não-diretiva, o método baseado na facilitação da aprendizagem é característico da

-ITEM II é considerado incorreto, uma vez que na Tendência Liberal Tecnicista a relação professor x aluno é objetiva onde o professor transmite informações e o aluno vai fixá-las.

-ITEM III é considerado incorreto, uma vez que na Tendência Liberal Progressista crítico social, a “aprendizagem” baseadas nas estruturas cognitivas já estruturadas nos alunos.

Não cabendo pois, a alternativa “A” como resposta esperada, uma vez que a mesma desconsidera o item III como incorreto.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 30 – Professor de Apoio a Alunos com Deficiência**

**Candidato:** 599057

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- peço revisão da questão pois refere se apenas as tecnologias, a formulação da questão parece bem confusa faltando uma melhor fundamentação para um interpretação mais clara.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

-o conceito expresso no enunciado da presente questão se correlaciona à comunicação assistiva / alternativa, a saber: acionador.

**Referência Bibliográfica:**

ACIONADORES. Disponível em <http://www.assistiva.com.br/ca.html>. Acesso em 20. Maio. 2017

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 32 – Professor de Apoio a Alunos com Deficiência**

**Candidato:** 595982

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que não há resposta para o enunciado.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a alternativa certa (e esperada) é a “D”.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

- de acordo com o MINI DICIONARIO FADERS, em sua pagina16, com o gestual, em LIBRAS, comunica-se a assertiva da alternativa

Referência Bibliográfica:

MINI DICIONARIO FADERS. Disponível em:

[http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario\\_Libras\\_CAS\\_FADERS1.pdf](http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf). Acesso em 29. Maio. 2017

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 34** – Professor de Apoio a Alunos com Deficiência

**Candidato:** 599057

**Alegação:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada pedindo a revisão da questão.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a alternativa certa (e esperada) é a “A”.

- Dentre as alternativas disponíveis na presente questão e, dadas as suas conceituações, mesmo que exígua, a conceituação de “dislexia”, mesmo que guardadas as proporções, como mencionado no enunciado, é a mais acertada e aproximada, uma vez que conforme citado pelo candidato:

“Segundo Dubois 1993,pg,197: Dislexia é uma dificuldade de aprendizagem da leitura na correspondência entre símbolos gráficos e fonemas muitas vezes mal reconhecidos ou identificados. É a incapacidade parcial que uma pessoa tem de decodificar, reconhecer letras e fonemas das palavras bem como a compreensão do que leu.”

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Cargo** – Odontólogo ESF

**Candidato:** 608618

**Alegação:** Venho através deste. não solicitar recurso, mas solicitar o caderno de provas, pois não estou conseguindo acesso ao mesmo. Conforme informações dos fiscais de prova e edital, o caderno de provas deveria estar disponível no site. Necessito caderno de provas.

**INDEFERIDO:** Em conferência ao sistema e a Área restrita do Candidato, a banca constatou que o caderno de prova do candidato foi disponibilizado no dia posterior da aplicação das provas (22/05/2017), assim como regra o edital.

Conforme informações constantes em Ato de divulgação do Gabarito Preliminar, na primeira página, o candidato teve acesso às seguintes instruções:



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

Concurso Público - 001/2017



Arquivos do edital

Descrição	Data da postagem	Download
Caderno de Prova	22/05/2017 às 09:30	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 009 - Divulga Gabarito Preliminar	22/05/2017 às 09:30	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 008 - ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS	17/05/2017 às 09:30	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 007 - Divulga Locais de Prova	16/05/2017 às 09:30	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 006 - Segunda Retificação Edital	15/05/2017 às 08:30	<a href="#">Baixar documento</a>
Edital 001/2017 - Concurso Público de Rancho Queimado (retificado)	15/05/2017 às 08:00	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 005 - Divulga Decisão dos Pedidos de Benefício para Desempate	03/05/2017 às 18:05	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 004 - Divulga Decisão de Vaga para Deficiente e Condição Especial para Prova	03/05/2017 às 18:02	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 003 - Homologação das Inscrições	03/05/2017 às 18:00	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 002 - Divulga Isentos de Pagamento da Taxa de Inscrição	20/04/2017 às 11:00	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 001 - Primeira Retificação Edital	17/04/2017 às 08:00	<a href="#">Baixar documento</a>
Ato 009 - Cancelamento Concurso 001/2016 - Como requerer valores pagos	28/03/2017 às 00:00	<a href="#">Baixar documento</a>

Seguindo o que o ato informa, podemos localizar o caderno de prova na área do candidato:

Desta forma, não assiste razão o candidato recorrente.

## RECURSOS INTERPOSTOS REFERENTES À APLICAÇÃO DE PROVA ESCRITA

**Inscrição:** 602699

**Candiata:** Noeli Russoni Werlich

**Cargo:** Agente Educacional I

**Fundamentação:** Falta de acompanhante para auxiliar na leitura. Foi solicitado um interprete para me acompanhar na prova, mas não houve esse acompanhamento.

Por isso solicito que revejam minha situação. Pois fui prejudicada por isso.

**Decisão:** A candidata em nenhum momento solicitou intérprete de libras, solicitando apenas acompanhante e auxílio na leitura de prova. Conforme, ATO 004/CP/001/2017 de 03 de maio de 2017, foi deferido seu pedido exatamente conforme sua solicitação:

Agente Educacional							
CANDIDATO	V.D	Qual Especial?	Necessidade	C.E	Qual Especial?	Condição	Decisão
Noeli Werlich	Russoni Sim	Surdez e linguagem		Sim	Necessário acompanhante	Vaga para Deficiente e Auxílio na leitura de prova	

Tendo a candidata solicitado “Auxílio para a Leitura da Prova” subentendeu-se que a mesma faz leitura labial e por isso solicitou auxílio para leitura da prova, assim sendo, ressaltamos que no dia da prova a candidata foi colocada em local especial exclusivo para ela, afastada dos demais candidatos e foi permitido o acompanhante e disponibilizado fiscal para a leitura da prova para a candidata, o qual ficou a sua disposição.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

As alegações da candidata não procedem, pois a banca providenciou exatamente o que a candidata solicitou em seu pedido, senão vejamos:

Na inscrição online a candidata fez sua solicitação da seguinte forma: Condição Especial: necessário acompanhante.

Ficha cadastral

Nome	Noeli Russoni Werlich			CPF	██████████
RG	3981955	Orgão Expeditor	██████	Data de expedição	██████████
Data de Nascimento	03/05/1976	Nome da Mãe	Lucia Feich	Sexo	Feminino
Número de filhos	1	Cor da pele	branca	Estd Civil	Solteiro
Estado	SC	Cidade	Rancho Queimado	CEP	88470-000
Bairro	Centro	Endereço	rua: jacob guilherme bunn	Número	107
Complemento	casa				
Telefone Residencial	██████████			Telefone Celular	██████████
Email Principal	██████████			Email Alternativo	Não preenchido
Possui necessidade especial?	sim	Necessidade especial	Surdez e linguagem	CID	CID 10
Condição especial?	sim	Qual condição especial	necessário acompanhante		
Desempregado	não	Canhoto	não	CadUnico(NIS)	0

No requerimento de vaga para deficiente a candidata solicitou: "Leitura de Prova, Acompanhante e Sala Isolada"

Sala Especial

Especificar:

NECESSITA DE AUXÍLIO NA LEITURA DA PROVA.

c)  Leitura de Prova

d)  Amamentação.

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Nome da Criança: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento da Criança: \_\_\_\_\_

a)  Outra Necessidade:

Especificar:

NECESSITA ESTAR COM UM ACOMPANHANTE EM UMA SALA ISOLADA, POIS NÃO ESCUTA E NÃO SABE LER.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

R. Queimado, 20 de abril de 2017.

x Noeli Russoni WERLICH

Assinatura do Requerente

Restando assim comprovado que em nenhum momento a candidata solicitou Intérprete de Libras. A banca deferiu exatamente o que foi solicitado. Sendo divulgado no ATO 004/CP/001/2017 em 03 de maio de 2017, do qual cabia recurso, podendo a candidata ter se manifestado anteriormente ao dia da prova, sobre a necessidade de um intérprete. Cumprindo-se assim o que determina o edital: "6.12. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV." Portanto, não tendo a candidata se manifestado sobre tal necessidade, no dia da prova foi a ela disponibilizado exatamente o que solicitou em seu requerimento de atendimento especial.



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

**Inscrição:** 596506

**Candidato:** Pedro Junior Alves De Oliveira

**Cargo:** Agente Operacional I

**Fundamentação:** Venho através de este recurso solicitar a realização de outra prova, pois recebi a prova incorreta de Agente Educacional, pedi para a fiscal a troca da mesma, sendo que ela trouxe a mesma que eu havia solicitado para mudar. Fui prejudicado por essa atitude da falta de atenção da fiscal. Peço que tomem as devidas atitudes cabíveis.

**Decisão:** Referente à suposição de que o candidato tenha respondido a prova trocada, considerando que se num primeiro momento verificou o equívoco na distribuição e solicitou a troca da prova, no segundo momento deveria ter a mesma atenção e verificar se recebeu de fato a prova correta. Tal situação não consta relatada em ata de prova desta sala.

Diante deste fato ressalta-se:

1. Na sala de provas para este cargo as carteiras estavam identificadas com etiquetas com o nome do cargo exatamente para que se evitasse a troca de provas, pois cada setor da sala estava delimitado para um cargo específico.

O edital que é a Lei do Concurso e traz as regras, deveres e direitos dos candidatos, estabelece que:

*10.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas. (grifo nosso)*

*10.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova. (grifo nosso)*

2. Em todas as salas havia um cartaz de instruções básico colado à frente dos candidatos, conforme imagem abaixo destaque-se o item que diz: Confira o cargo e número de questões.

**ATENÇÃO CANDIDATOS!**  
Silêncio ao entrar na sala

1. Deixe objetos pessoais na entrada;
2. Desligue o celular e retire a bateria.

**Para fazer a prova:**

3. Leia as instruções do caderno de questões;
4. Só abra quando autorizado;
5. Confira o cargo e número de questões;
6. Confira seu nome e inscrição no cartão-resposta;
7. Use caneta esferográfica (preta ou azul) transparente;
8. Ao preencher o cartão pinte o quadrinho por completo.

B  C  D

**É proibido:**

- . Qualquer tipo de consulta;
- . Ausentar-se da sala sem o acompanhamento do fiscal.

 **ASSINE O CARTÃO-RESPOSTA**  
(cartões sem assinatura não serão corrigidos)

  
[www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)

3. Ao receber o caderno de provas, a primeira página contém novamente instruções para o candidato, onde o nome do cargo é destacado, solicita que o candidato confira o caderno de



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

questões e comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade, conforme imagem abaixo:

**IOBV** PROVA n.º **01**

**CADERNO DE QUESTÕES**  
Agente Operacional I e II

21/05/2017 Horário: das 09h00min às 12h00min  
Séries Iniciais [Caderno 02]  
Prefeitura Municipal de Rancho Queimado  
Concurso Público Edital 001/2017

**Atenção**

- Verifique seu nome e número de inscrição no cartão-resposta.
- Assine o cartão-resposta.

**CONFIRA**

- ✓ Se o CADERNO DE QUESTÕES contém 25 questões objetivas de múltipla escolha.
- ✓ Se faltam folhas e se a sequência de questões está correta.
- ✓ Se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

**NÃO É PERMITIDO**

- ✓ Qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- ✓ Ausentar-se da sala de provas sem a permissão e/ou acompanhamento do fiscal.
- ✓ Dobrar, amassar ou manchar o CARTÃO-RESPOSTA. Ele não será substituído.
- ✓ Perguntas aos fiscais quanto à interpretação das questões.

**PARA FAZER A PROVA VOCÊ DEVE:**

- ✓ Usar este caderno de questões
- ✓ Usar o cartão-resposta que contém seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.
- ✓ Usar somente caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Usar o verso do caderno como rascunho.
- ✓ Assinalar somente uma alternativa no cartão-resposta, preenchendo todo o quadrinho, conforme o exemplo:

**01**  A  B  C  D

- ✓ Não deve questões em branco.
- ✓ Não assinalar mais que uma alternativa.
- ✓ As questões contêm apenas uma alternativa correta.
- ✓ Preencher somente o número correspondente à quantidade de questões da prova.

- Só entregue a prova após transcorrido 1 (uma) hora do seu início.
- Saídas da sala de provas somente acompanhado do fiscal de sala, haverá detectores de metais nos banheiros.
- Ao terminar, entregue ao fiscal o caderno de questões completo e o cartão-resposta devidamente preenchido.
- Os cadernos de prova não serão disponibilizados no dia da prova. O caderno estará disponível no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no dia seguinte ao da realização das provas na área restrita do candidato.
- Os três últimos candidatos deverão assinar o termo de encerramento da prova, lacrar o envelope e retirar-se simultaneamente da sala de provas.
- Anote aqui suas respostas antes de passar para o cartão-resposta:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25																

VOCÊ PODE DESTACAR ESTA FOLHA E LEVÁ-LA PARA CONFERÊNCIA

4. E ainda, todas as páginas do caderno de questões constam no seu rodapé:

5. Considerando que o IOBV toma todas as medidas necessárias para garantir a lisura do concurso e evitar qualquer erro, mesmo assim erros materiais e de ordem humana podem ocorrer e para que seja garantido os direitos dos candidatos existe no edital previsão de acordo com os item 10.6 e 10.7 conforme citado acima e para casos como este o IOBV providencia em todos os concursos e processos seletivos, um envelope de provas reservas na ordem de 10% para cada cargo, as quais são transportadas em envelope lacrado e em malotes tais quais todas as demais provas e são abertos caso haja necessidade, mediante termo de abertura com testemunha e assinatura de três candidatos e fiscais da sala.
6. Considerando que se o candidato houvesse percebido que estava com o caderno de prova outra vez trocado durante as três horas de prova, constaria em ata de sala e o envelope reserva seria aberto e retirada a prova correta para o candidato realizar a prova de acordo com o cargo para o qual se inscreveu. O candidato comunicaria o fiscal e esse não tomando providências, exigiria a presença da coordenação geral do concurso para tomar as providências de substituição do caderno.
7. Seguindo as regras do edital e todas as instruções repassadas aos candidatos, cabia ao candidato no momento que recebeu o suposto segundo caderno trocado ter conferido novamente e avisado imediatamente o fiscal. No entanto, durante o tempo seguinte de aplicação das provas deixou de relatar o suposto problema, vindo a reclamar apenas após finalizada a



Estado de Santa Catarina  
**Município de RANCHO QUEIMADO**  
**Edital n.º 001/2017 de CONCURSO PÚBLICO**

prova e após a publicação do gabarito preliminar, ressaltando que caso fosse verificado no momento da prova, havia como substituir o caderno conforme previsão editalícia.

8. Ressalta-se ainda, que a correção se dá única e exclusivamente com base no preenchimento do cartão-resposta e o candidato terá seu cartão-resposta, corrigido pelo gabarito do Cargo em que se inscreveu ou seja de Agente Operacional I.

Quanto ao comprometimento da idoneidade do concurso, a mesma não foi abalada, refutando qualquer “insinuação/sugestão” de fraude. Possíveis erros materiais que possam ocorrer, tem previsão de correção alicerçada nas regras do edital, mediante manifestação do candidato tempestivamente, ou seja, neste caso no momento da aplicação prova.

Rancho Queimado, 30 de maio de 2017.

Cleci Aparecida Veronezi  
Prefeita Municipal